



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
CURSO DE PEDAGOGIA

CRISTINA VALENTIM LIRA

AS CONTRIBUIÇÕES DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NA VISÃO DOS
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES A
PARTIR DO SEU COTIDIANO

JOÃO PESSOA - PB

Novembro, 2016

CRISTINA VALENTIM LIRA

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NA VISÃO DOS
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES A
PARTIR DO SEU COTIDIANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Habilitações Pedagógicas da Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, Campus I, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Joseval dos Reis Miranda

JOÃO PESSOA - PB

Novembro, 2016

L768c Lira, Cristina Valentim.

As contribuições do processo de escolarização na visão dos estudantes da educação de jovens e adultos: reflexões a partir do seu cotidiano / Cristina Valentim Lira. – João Pessoa: UFPB, 2016.

68f.

Orientador: Joseval dos Reis Miranda

Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Alfabetização. 3. Escolarização. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 374.7(043.2)

TERMO DE APROVAÇÃO

CRISTINA VALENTIM LIRA

AS CONTRIBUIÇÕES DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NA VISÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES A PARTIR DO SEU COTIDIANO

Monografia aprovada, como requisito parcial à obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Joseval dos Reis Miranda
Orientador – UFPB/DME

Prof. Dr. Fábio do Nascimento Fonseca
UFPB/DHP – Avaliador

Profa. Dra. Idelsuite de Sousa Lima
UFPB/DME – Avaliadora

JOÃO PESSOA - PB

11 de Novembro, 2016

DEDICATÓRIA

A DEUS!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido a grande vitória de ingressar nessa instituição e mais ainda de ter abençoado para concluir a graduação.

A meus pais Severino do Ramo Lira e Marlene Valentim por terem mostrado desde muito cedo que o conhecimento é o bem mais valioso do ser humano.

E pelos os sacrifícios e abdições que ambos fizeram ao longo da vida e principalmente durante minha graduação para que eu chegasse até aqui.

Ao meu noivo Thiago Régis, por me aguentar tão desesperada e ficar comigo todos os fins de semana ao longo de minhas escritas, abdicando de passeios, e até mesmo do conforto de seu lar para me apoiar.

Também a todos os professores que tive contato durante a minha graduação onde contribuíram de alguma forma, muitos mostrando como não atuar na minha profissão e outros mostrando que a profissão de educadora ainda é muito valiosa.

Ao meu querido orientador Joseval Miranda que durante o percurso de construção desta pesquisa me ensinou lições que levarei para o resto da vida.

Em especial a Prof^a Dr^a Glória Escarião que tive a honra de conviver durante três anos da minha graduação e tendo a oportunidade de ter ensinamentos diários valiosos tanto como Pedagoga quanto na minha vida pessoal.

Desde muito pequenos aprendemos a entender o mundo que nos rodeia. Por isso, antes mesmo de aprender a ler e a escrever palavras e frases, já estamos “lendo”, bem ou mal, o mundo que nos cerca. Mas este conhecimento que ganhamos de nossa prática não basta. Precisamos ir além dele. Precisamos conhecer melhor as coisas que já conhecemos e conhecer outras que ainda não conhecemos. (...)
(FREIRE, 2001, p. 71)

LIRA, Cristina Valentim. **As contribuições do processo de escolarização na visão dos estudantes da educação de jovens e adultos:** reflexões a partir do seu cotidiano. 2016. 68 folhas. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB.

RESUMO

Esta pesquisa trata de compreender quais as contribuições que o processo de escolarização de estudantes da Educação de jovens e adultos tem fornecido para a sua vivência no seu cotidiano, tendo como objetivos específicos: Analisar como os estudantes da Educação de Jovens e adultos utilizam no seu cotidiano os conhecimentos adquiridos no processo de escolarização; Identificar e analisar qual o perfil dos estudantes da educação de jovens e adultos e o que eles esperam da escola e dos conhecimentos trabalhados por ela; Identificar e analisar quais as principais dificuldades apresentadas por estudantes da Educação de Jovens e Adultos no seu cotidiano devido a não aprendizagem no seu processo de escolarização. A metodologia empregada foi de cunho qualitativo, por ela apresentar características que ajudaram a obter os dados, além da entrevista semiestruturada, observação participante e análise documental. E para uma interpretação mais exata do contexto investigado utilizamos o estudo de caso. Participaram desta pesquisa 19 alunos dos Ciclos I e II. Para uma maior compreensão dos nossos eixos teóricos utilizamos autores como: Machado (2006), Amorim (2013), Lopes (2000), Eitere;Reis, (2009), Paiva (2003), Menezes (2001), Freire (1993), Almeida (2009) e Veiga (2003). Ao final de nossa pesquisa, foi possível constatar que os educandos tem consciência da importância de saber ler e escrever, e principalmente que tornaram ciente disso por passarem por diversos obstáculos e constrangimentos ao longo da vida por serem analfabetos, onde isso afetou diretamente a autoestima dos mesmos. Percebemos que esses indivíduos ao procurar a EJA vêm com uma grande sede de conhecimento que infelizmente não corresponde a expectativa, assim desestimulando a continuar na vida escolar. Sem deixar de lado a importância para esses educandos a ingressar/retornar a escola criando novos círculos de amizade, trabalhando diretamente ou indiretamente em sua autoestima.

Palavras Chave: Analfabetismo. Escolarização. Educação de Jovens e Adultos.

LIRA, Cristina Valentim. **The contributions of the educational process in view of students of adult education:** reflections from your daily life. 2016. 68 leaves. Monograph (Undergraduate Education) - Federal University of Paraiba - UFPB, João Pessoa - PB.

ABSTRAT

This research tries to understand the contributions that the process of schooling of students of the Education of young people and adults has provided for their daily life, with specific objectives: To analyze how the students of Youth Education and adults use in their daily life The knowledge acquired in the schooling process; Identify and analyze the profile of students in youth and adult education and what they expect from the school and the knowledge they have worked on; Identify and analyze the main difficulties presented by students of Youth and Adult Education in their daily life due to non-learning in their schooling process. The methodology used was qualitative in that it presented characteristics that helped to obtain the data, in addition to the semi-structured interview, participant observation and documentary analysis. And for a more accurate interpretation of the context investigated we used the case study. 19 students from Cycles I and II participated in this research. For a better understanding of our theoretical axes we use authors such as: Machado (2006), Amorim (2013), Lopes (2000), Eitere; Reis, (2009), Paiva (2003), Menezes Almeida (2009) and Veiga (2003). At the end of our research, it was possible to verify that the students are aware of the importance of being able to read and write, and especially that they became aware of this because they were exposed to various obstacles and constraints throughout their lives because they were illiterate, where this directly affected the self-esteem of Themselves. We realize that these individuals when looking for the EJA come with a great thirst for knowledge that unfortunately does not match the expectation, thus discouraging them to continue in school life. Without neglecting the importance for these students to enter / return to school by creating new circles of friends, working directly or indirectly in their self-esteem.

Keywords: Illiteracy. Schooling. Youth and Adult Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Relação da quantidade e temas das monografias apresentadas sobre a Educação de Jovens e Adultos	14
Quadro 02- síntese da relação entre questão principal e objetivo geral da pesquisa	16
Quadro 03- Sínteses da relação entre as questões específicas e os objetivos específicos da pesquisa.	17
Quadro 04 - Síntese da relação entre questões norteadoras, objetivos específicos e procedimentos de pesquisa.	21
Quadro 05- Síntese da pesquisa.	27

LISTA DE SIGLAS/ ABREVIATURAS

CEAA- Campanha de Educação de Alfabetização de Adultos

CEB – Câmara de Educação Básica

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONAE – Conferência Nacional de Educação

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FNEP – Fundo Nacional de Ensino Primário

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDBEN – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

MEC – Ministério de Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PPP – Projeto Político Pedagógico

PNAC – Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania

PNE – Plano Nacional de Educação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Eixos Teóricos da pesquisa

29

SUMÁRIO

Primeiras considerações	13
2. Percurso metodológico	18
2.1 Abordagem da pesquisa	18
2.2- O estudo de caso	19
2.3- Os procedimentos/instrumentos de coleta de informação	20
2.3.1- Roda de conversa	21
2.3.2- Análise documental	22
2.4- Observação participante	23
2.5- Contexto da pesquisa	25
2.5.1- O município	25
2.5.2- Sujeitos participantes da pesquisa	26
2.5.3- Análise dos dados e informações coletadas	27
3 Eixos Teóricos	29
3.1. Educação de jovens e adultos: reflexões sobre seu processo histórico	30
3.1.1. A educação de Jovens e Adultos no contexto atual	34
3.1.2. Reflexões sobre alguns marcos legais para a Educação de Jovens e Adultos	38
3.2. A escola e a Educação de Jovens e Adultos: quem é ela?	42
3.2.1 Projeto Político Pedagógico e a sua relação com a Educação de Jovens e Adultos na escola pesquisada	43
3.2.2. Regimento da escola pesquisada e a Educação de Jovens e Adultos	45
3.3. Os estudantes da Educação de Jovens e Adultos: quem são eles?	46
3.3.1. Perfis dos alunos da Educação de Jovens e Adultos participantes da pesquisa	48
Considerações finais: uma pausa para continuar	56
Referências	59
Apêndices	
Apêndice A – roteiro da roda de conversa	64
Apêndice B – roteiro de observação participante	65
Apêndice C – roteiro para análise documental	66
Apêndice D – Termo de Consentimento livre e esclarecimento	67
Breve currículo da autora	68

Primeiras Considerações

A Educação de Jovens e Adultos - EJA, enquanto modalidade de ensino apresenta desde o seu surgimento, apresentou diversos desafios, principalmente por ser reconhecido apenas como uma alternativa para sanar um grave problema da sociedade, que é o analfabetismo. Por ser criada esta modalidade de ensino não teve prioridade nas políticas educacionais, e por um longo período esse descaso se prolongou. A primeira vez que a Educação de Jovens e Adultos teve legalmente um passo importante foi com a implantação da Lei 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 37, que garante o acesso e a continuidade dos estudos àqueles que não tiveram a oportunidade em idade considerada ideal.

Com a constante evolução da sociedade, consequentemente com ela também as necessidades da população vem se transformando da mesma forma que as necessidades de cada indivíduo no âmbito familiar, do trabalho em sua vida em si. Quando um indivíduo busca a Educação de Jovens e Adultos, ele/a vem com uma bagagem anterior de vida, motivos e situações que o impediu de estudar no período correto e principalmente vem com sonhos, e lacunas que pretendem preencher com a Educação de Jovens e Adultos.

Ao começar a frequentar a Educação de Jovens e Adultos, esses/as educandos/as enfrentam desafios diários para conseguir continuar frequentar a vida escolar, tendo como resultado desses esforços, as contribuições na sua vida familiar, profissional e principalmente na sua vida social. Esta modalidade de ensino tem especificidades em seu método e até mesmo em relação à qualificação de seus/as educadores/as. A Educação de Jovens e Adultos veio como meio de inclusão nas camadas mais populares, assim podendo participar da vida pública como ter o direito ao voto.

Porém, a qualidade da Educação de Jovens e Adultos ainda passa e necessita passar por mais adequações, para ser de fato mais do que uma modalidade de ensino para aumentar os índices de alfabetização no país, mas sim, tornar o indivíduo que busca essa modalidade em um ser humano crítico, capaz de tornar-se um/a cidadão/ã preparado/a para interagir com as demandas da sociedade atual.

Sendo assim, a escola e o/a educador/a tem possibilidade de tornar o indivíduo flexível capaz de se adaptar a essa sociedade que estar em constante transformação, sem se abster de ser um indivíduo crítico, pensante. Nesta perspectiva, surgiu a seguinte problemática: Quais as contribuições que o processo de escolarização de estudantes da Educação de Jovens e Adultos tem fornecido para sua vivência no seu cotidiano?

Desde modo, surgiu a inquietação para saber se esta temática já tinha sido abordada em outros trabalhos de conclusão de curso do curso de Pedagogia do Campus I da UFPB. Com o levantamento foi possível obter as seguintes informações:

Quadro 01: Relação da quantidade e temas das monografias apresentadas sobre a Educação de Jovens e Adultos

Anos	Quantidade de TCC's sobre a EJA	Tema predominante
2010	9	Inclusão digital dos alunos da EJA e a prática docente nesta área
2011	5	Evasão escolar e artes visuais na EJA
2012	9	Supervisor escolar
2013	28	Ensino-aprendizagem; Alfabetização e letramento; Formação do professor da EJA.
2014	32	Formação de professores; Dificuldades dos alunos da EJA; Literatura de cordel; Exclusão Social.
2015	14	Idoso na EJA; Formação docente; Matemática na EJA; Inclusão digital; Currículo.
2016.1	4	Ensino-aprendizagem; perfil dos alunos e educadores da EJA; História na EJA.

Fonte: Biblioteca Setorial da UFPB – Campus I e LAEST.

Assim, foi possível constatar que o tema abordado nesta pesquisa até o momento não foi trabalhado suficientemente. Desta forma, como Pedagoga a relação com a temática só vem ratificar a contribuição no nível acadêmico desse trabalho ao abordar tal tema, e não deixando de escanteio seus anseios, suas expectativas que norteia esses/as educandos/as onde já são tão marginalizados pela sociedade.

Nesta perspectiva, tendo a problemática citada anteriormente, como ponto de partida surgiram os demais objetivos da presente pesquisa. Tendo como o objetivo geral a nossa pesquisa buscou compreender quais as contribuições que o processo de escolarização de estudantes da Educação de Jovens e Adultos tem fornecido para sua vivência no seu cotidiano.

Esta problemática geral deu origem a algumas indagações específicas como:

- Como os estudantes da Educação de Jovens e adultos utilizam no seu cotidiano os conhecimentos adquiridos no processo de escolarização?
- Qual o perfil dos estudantes da educação de jovens e adultos e o que eles esperam da escola e dos conhecimentos trabalhados por ela?

- Quais as principais dificuldades apresentadas por estudantes da Educação de Jovens e Adultos no seu cotidiano devido a não aprendizagem no seu processo de escolarização?

A partir de tais questionamentos, procuramos alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Analisar como os estudantes da Educação de Jovens e Adultos utilizam no seu cotidiano os conhecimentos adquiridos no processo de escolarização;
- Identificar e analisar o perfil dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos e o que eles esperam da escola e dos conhecimentos trabalhados por ela;
- Identificar e analisar as principais dificuldades apresentadas por estudantes da Educação de Jovens e Adultos no seu cotidiano devido a não aprendizagem no seu processo de escolarização.

No intuito de compreender o objeto de estudo situado na pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa, no qual optamos pela pesquisa a campo/estudo de caso, onde usamos os instrumentos análise documental, observação participante e entrevista semiestruturada.

O trabalho em toda sua estrutura organizacional buscou mostrar os passos que a pesquisadora percorreu, visando entrelaçar os resultados obtidos as relações interpessoais existentes no contexto escolar. No percurso metodológico, relataremos sobre a metodologia usada, os instrumentos de coleta das informações e interlocutores/as da pesquisa.

A fundamentação teórica presente nesse trabalho encontra-se organizada em três eixos norteadores entrelaçada com os achados da pesquisa. O primeiro eixo tem como título Educação de Jovens e Adultos: reflexões sobre o seu processo histórico, que trás a Educação de Jovens e Adultos no contexto atual, focando como se encontra as políticas educacionais voltados para a Educação de Jovens e Adultos nos dias atuais, seus principais autores são Machado (2006), Amorim (2013), Lopes (2000), Eitere; Reis, (2009), Paiva (2003), Menezes (2001), e as reflexões sobre alguns marcos legais para a Educação de Jovens e Adultos, que faz menção aos marcos legais que a Educação de Jovens e Adultos obteve ao longo de sua história, os autores que discutem essa abordagem são Barbosa (2012), Brasil (2000) e Confintea (2009).

O segundo eixo aborda sobre a Escola e a Educação de Jovens e Adultos: quem é ela? Neste tópico remete ao discurso da escola pesquisada trazendo seu Projeto Político

Pedagógico e a sua relação com a Educação de Jovens e Adultos e o Regimento da Escola pesquisada e a Educação de Jovens e Adultos, tendo como base os seguintes autores: Freire (1996), Almeida (2009) e Veiga (2003).

Por fim, o terceiro eixo traz reflexões sobre os estudantes da Educação de Jovens e Adultos: quem são eles? que identifica Perfis dos alunos da Educação de Jovens e Adultos participantes da pesquisa, tendo como suporte os autores Coura; Soares (2011), Valino (2006), Ferreira (1999) e Fátima (1997).

O respectivo trabalho envolveu como sujeitos da pesquisa, educandos/as dos Ciclos I e II, por ter o perfil para responder esta pesquisa. Nas considerações finais busco responder as perguntas do estudo e apresentar os resultados da pesquisa, conforme o que se almejou alcançar mediante os objetivos.

Assim sendo, com esse trabalho também procuro promover uma maior reflexão e discussão a respeito da Educação de Jovens e Adultos. Com a discussão realizada sobre o estudo, esperamos que os resultados alcançados não fossem dados como prontos e nem acabados, pois os mesmos podem se modificar a partir de cada realidade e sujeitos envolvidos/as na pesquisa.

Diante do que foi mencionado, reapresentamos aqui os objetivos, a questão central e as questões específicas e sua relação entre o objetivo e as questões da pesquisa, nos quadros que se seguem ratificando as suas coerências.

Quadro 02 – síntese da relação entre questão principal e objetivo geral da pesquisa

Questão Geral	Objetivo Geral
Quais as contribuições que o processo de escolarização de estudantes da Educação de jovens e adultos tem fornecido para a sua vivência no seu cotidiano?	Compreender quais as contribuições que o processo de escolarização de estudantes da Educação de jovens e adultos tem fornecido para a sua vivência no seu cotidiano.

Fonte: Projeto de pesquisa da autora

Quadro 03. Sínteses da relação entre as questões específicas e os objetivos específicos da pesquisa.

Questões Complementares	Objetivos Específicos
Como os estudantes da Educação de Jovens e adultos utilizam no seu cotidiano os conhecimentos adquiridos no processo de escolarização?	Analisar como os estudantes da Educação de Jovens e adultos utilizam no seu cotidiano os conhecimentos adquiridos no processo de escolarização.
Qual o perfil dos estudantes da educação de jovens e adultos e o que eles esperam da escola e dos conhecimentos trabalhados por ela?	Identificar e analisar qual o perfil dos estudantes da educação de jovens e adultos e o que eles esperam da escola e dos conhecimentos trabalhados por ela.
Quais as principais dificuldades apresentadas por estudantes da Educação de Jovens e Adultos no seu cotidiano devido a não aprendizagem no seu processo de escolarização?	Identificar e analisar quais as principais dificuldades apresentadas por estudantes da Educação de Jovens e Adultos no seu cotidiano devido a não aprendizagem no seu processo de escolarização.

Fonte: Projeto de pesquisa da autora

Assim, após a reapresentação das questões e objetivos específicos, a seguir fazemos toda a exposição do caminhar metodológico.

Boa leitura a todos e todas!

2. Percurso metodológico

O objetivo deste capítulo é apresentar a estrutura metodológica que serviu de base para esta pesquisa, sobre as contribuições para a vida dos educandos que ingressaram/reingressarem na Educação de Jovens e Adultos. Para obter os resultados pretendidos, que respondam os objetivos indagados, foi necessário que escolher-se uma metodologia adequada para a investigação, como Minayo (1994) menciona:

O caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Nesse sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas, [...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador (MINAYO, 1994, p. 16).

Portanto, a escolha da metodologia é de suma importância, pois através dela irá permitir descobrir novos fatos ou dados, que irão nortear a pesquisa. Nesta perspectiva, na investigação desta pesquisa, optamos pela pesquisa qualitativa, por meio do estudo de caso por permitir uma maior interação com os questionamentos que nos inquietaram e fez surgir o nosso objeto de estudo, que é a escolarização da Educação de Jovens e Adultos.

Desta forma, será apresentada toda trajetória metodológica desta pesquisa a seguir, que engloba a abordagem da pesquisa, o estudo de caso, os procedimentos/instrumentos da coleta de informação, contexto da pesquisa, participantes da pesquisa, análise dos dados e informações coletadas.

2.1 Abordagem da pesquisa

Como dito anteriormente, utilizamos a pesquisa qualitativa que de acordo com Bogdan e Biklen (1982):

A pesquisa qualitativa ou naturalística envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (BOGDAN; BIKLEN, 1982, *apud* WOLCOTT, 1975. p.13).

A pesquisa qualitativa ajuda o/a pesquisador/a, a diminuir a distância entre ele/a o objeto de estudo assim facilitando a coleta e análise dos dados. Segundo Teixeira (2002, p. 137) “na pesquisa qualitativa o pesquisador procura reduzir a distância entre a teoria e os dados, [...]”. Neste sentido, tais procedimentos contribuem para pesquisa no intuito de nos

aproximarmos do nosso objeto de pesquisa, as teorias, levando em consideração o contexto social.

Assim escolhemos trabalhar com a pesquisa qualitativa facilitando o contato com os/as entrevistados/as, e proporcionando obter as respostas aos nossos questionamentos propostos.

2.2 O Estudo de caso

O estudo de caso é um método qualitativo que consiste, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade individual, como bem defende Lüdke e André (2009). Tal estratégia serve para responder questionamentos que o pesquisador não tem muito controle sobre o fenômeno estudado.

O estudo de caso contribui para compreendermos melhor os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade. É uma ferramenta utilizada para entendermos a forma e os motivos que levaram a determinada decisão. Conforme Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados. A pesquisa ocorreu entre os meses de abril e maio do ano de 2016, no período noturno. O contato com a escola se deu através da diretora que foi muito receptiva e permitiu que ocorresse a pesquisa na instituição de ensino.

A escola por apresenta uma estrutura precária e na época da pesquisa estava necessitando de professores/as no turno da noite por que tinham apenas uma professora concursada e os demais eram prestadores/as de serviço. Então para não fechar à escola no período da noite a diretora juntou na mesma sala as turmas do Ciclo I e II, além de que os/as professores/as que eram prestadores/as de serviço lecionavam mais de uma disciplina mesmo não tendo a formação adequada para isto.

O contato com o público desta pesquisa foi bastante satisfatório, já que os/s alunos/as foram bastante receptivos. Um dos motivos dos/as alunos ficarem à vontade com minha presença que era uma forma de os mesmos terem aula, pois no período que ocorreu a pesquisa a educação no município de Santa Rita-PB estava passando por problemas de pagamento dos/as professores/as e por conta disso, desde o início letivo estavam acontecendo diversas paralisações. Quando cheguei à sala de aula a turma estava ansiosa de ter um contato com um/a professor/a mesmo que neste caso foi apenas a entrevista/ roda de conversa que ocorreu.

Por conta de todas as paralisações citadas anteriormente iniciamos a pesquisa na escola logo com os alunos da Educação de Jovens e Adultos. No primeiro dia tive apenas uma conversa informal com a turma em que apresentando e expliquei como ocorreria a proposta

da entrevista, o que seria uma roda de conversa para que eles ficassem tranquilos, além do fato que não era obrigatório a participação.

No dia seguinte realizamos a roda de conversa e posteriormente houve uma paralisação de três dias. Na semana seguinte iniciamos a coleta de dados sobre a escola juntamente com a diretora da escola que disponibilizou os documentos solicitados que existiam no momento. Novamente houve uma paralisação de 15 dias e posteriormente, retornamos a escola para pegar os documentos ainda pendentes de análise para essa pesquisa. Ressaltando que, os documentos que a escola disponibilizou foram analisados na própria instituição já que não tive autorização de obter alguma cópia. Essas análises ocorreram paralelo a realização das rodas de conversa.

Assim, as maiores dificuldades nesta etapa foram às paralisações dos/as professores/as por falta de pagamento da prefeitura, que ocorreram no período da pesquisa. Estas paralisações fizeram que ocorresse uma grande defasagem do alunado, dificultando a realização do contato com os/as educandos/as neste processo da pesquisa.

2.3 Os procedimentos/instrumentos de coleta de informação

Para conseguir com eficiência os dados necessários para esta pesquisa, foram necessários alguns instrumentos de coleta, sendo eles a roda de conversa e a análise documental dos documentos da escola e a observação dos participantes.

Quadro 04 - Síntese da relação entre questões norteadoras, objetivos específicos e procedimentos de pesquisa.

QUESTÕES COMPLEMENTARES	OBJETIVOS ESPECIFICOS	PROCEDIMENTOS DE PESQUISA
Como os estudantes da Educação de Jovens e adultos utilizam no seu cotidiano os conhecimentos adquiridos no processo de escolarização?	Analisar como os estudantes da Educação de Jovens e adultos utilizam no seu cotidiano os conhecimentos adquiridos no processo de escolarização.	Roda de conversa – Estudantes da EJA.
Qual o perfil dos estudantes da educação de jovens e adultos e o que eles esperam da escola e dos conhecimentos trabalhados por ela?	Identificar e analisar qual o perfil dos estudantes da educação de jovens e adultos e o que eles esperam da escola e dos conhecimentos trabalhados por ela.	Análise documental – PPP, regimento da escola.

Quais as principais dificuldades apresentadas por estudantes da Educação de Jovens e Adultos no seu cotidiano devido a não aprendizagem no seu processo de escolarização?	Identificar e analisar quais as principais dificuldades apresentadas por estudantes da Educação de Jovens e Adultos no seu cotidiano devido a não aprendizagem no seu processo de escolarização.	Roda de conversa – Estudantes da EJA. Observação participante – da turma da EJA
---	--	--

Fonte: Projeto de pesquisa da autora.

2. 3. 1 Roda de conversa

Para a coleta de dados e informações com os/as educandos/as foi escolhida a roda de conversa, pois como explicado anteriormente os Ciclos I e II ficam na mesma sala e os/as alunos/as do Ciclo I não sabem ler e nem escrever. Para não haver nenhum constrangimento aos/as alunos/as que ainda não dominam a escrita e a leitura, optamos fazer uma roda de conversa. Desde modo, Nascimento e Silva (2009) apontam que,

As rodas de conversa, metodologia bastante utilizada nos processos de leitura e intervenção comunitária, consistem em um método de participação coletiva de debates acerca de uma temática, através da criação de espaços de diálogo, nos quais os sujeitos podem se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmos. Tem como principal objetivo motivar a construção da autonomia dos sujeitos por meio da problematização, da socialização de saberes e da reflexão voltada para a ação. Envolve, portanto, um conjunto de trocas de experiências, conversas, discussão e divulgação de conhecimentos entre os envolvidos nesta metodologia (NASCIMENTO; SILVA, 2009, p.01).

A roda de conversa ocorreu no dia 20 de abril de 2016 com 19 alunos do Ciclo I e II. A roda de conversa foi guiada pelo roteiro pré-definido com dez questões abertas. Vale ressaltar que a roda de conversa foi gravada e posteriormente transcrita. Essa a roda de conversa teve duração de 1h: 30min.

Não poderíamos deixar de mencionar que o roteiro seguido possui dez questões que abordavam desde o que os motivaram a ingressarem/reingressarem na escola, se esses estudantes irão continuar os estudos até mesmo ingressar no ensino superior. No final também tínhamos um tempo na qual cada estudante poderia expor algo que não foi discutido naquela roda de conversa. Nesse sentido,

As rodas de conversas possibilitam encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e ressignificação de sentido – saberes – sobre as experiências dos partícipes. Sua escolha se baseia na horizontalização das relações de poder. Os sujeitos que as compõem se implicam, dialeticamente, como atores históricos e sociais críticos e reflexivos diante da realidade. Dissolve-se a figura do mestre,

como centro do processo, e emerge a fala como signo de valores, normas, cultura, práticas e discurso. Portanto, na roda, a fala é compreendida como expressão de modos de vida (SAMPAIO; SANTOS; AGOSTINI; SALVADOR, 2014, p.09).

Nesta perspectiva, de acordo com Melo;Cruz (2014) roda de conversa é,

[...] uma possibilidade metodológica para uma comunicação dinâmica e produtiva [...]. Essa técnica apresenta-se como um rico instrumento para ser utilizado como prática metodológica de aproximação entre os sujeitos no cotidiano pedagógico (MELO; CRUZ, 2014, p.09).

Nesta perspectiva as discussões ocorridas na roda de conversa foram pautadas na vida dos/as educandos/as, estreitando assim, a relação entre entrevistadora e o/a entrevistado/a. Como resultado da roda de conversa obtivemos uma boa participação, conseguindo assim, contemplar as questões ressaltadas no roteiro pré- definido da roda de conversa (Apêndice A). Mesmo com as paralisações conseguimos reunir 19 alunos/as, para participarem da roda de conversa.

Neste momento de contato com os/as participantes da pesquisa ficou explícito a baixa autoestima dos/as mesmos/as, onde eles/as colocaram todas as dificuldades sofridas pelo fato de não ter escolaridade e se sentirem excluídos da sociedade.

2. 3.2 Análise documental

Durante a realização da pesquisa procedemos à análise documental, onde as informações obtidas puderam ser analisadas. Segundo (Cellard, 2008, p.38 *apud* Caulley, 1981), “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”. Os documentos são uma fonte que não podem ficar menosprezada, pois fornecem informações e fundamentam todos os dados recolhidos durante todo o processo de pesquisa, ou seja,

A análise documental consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos (SOUZA; KANTORSKI; LUIS, 2011, p.08).

No decorrer desta pesquisa foram analisados os documentos fornecidos pela escola, o regimento municipal (desatualizado) uma vez que quando solicitamos o PPP da escola à mesma informou que estava em construção. Nesses documentos fornecidos existiam poucas referências a Educação de Jovens e Adultos, o regimento municipal em relação à Educação de Jovens e Adultos em seu contexto traz apenas trechos da LDBEN 9.394/96, da mesma forma

o PPP da escola, onde os mesmos foram analisados na própria instituição, seguindo o roteiro de análise documental (Apêndice C). Solicitamos também as fichas de matrículas para identificar quantos alunos matriculados nas turmas pesquisadas.

O objetivo ao analisar tais documentos foi conhecer legalmente as demandas da escola e se elas são cumpridas principalmente no que se refere à Educação de Jovens e Adultos. Desde modo, a análise documental foi de suma importância para a pesquisa, pois assim podemos conhecer a base legal que sustenta a escola em relação à Educação de Jovens e Adultos, e verificar se as mesmas estão sendo cumpridas.

2.4 Observação participante

A observação participante é dinâmica, envolvente e a pesquisadora é simultaneamente instrumento na recolha de dados e na sua interpretação. De acordo com Corrêa (2009) na realidade, é essencial que o observador esteja consciente dos estereótipos culturais e possa desenvolver a sua capacidade de introspeção, ou seja,

Entendemos como observação participante o trabalho de campo no seu conjunto, desde a chegada do investigador ao campo de pesquisa, quando inicia negociações para conseguir acesso a este e se continua numa visita prévia, com o reconhecimento do espaço ou campo de observação e a interação com indivíduos envolvidos (CORRÊA, 2009, p.13).

Nesse sentido, a utilização da observação participante permitiu o contato direto, frequente e prolongado da pesquisadora, com os atores sociais, sendo assim a própria pesquisadora o instrumento de pesquisa. De acordo com Corrêa (2009).

Para essa pesquisa o investigador terá que adquirir treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica. Podemos considerar que a observação constitui uma técnica de investigação, que usualmente se complementa com a entrevista semiestruturada ou livre, embora também com outras técnicas como análise documental. Para a sua utilização como procedimento científico, é preciso que estejam reunidos critérios, tais como o responder a objetivos prévios, ser planeada de modo sistemático, sujeita a validação e verificação, precisão e controle (CORRÊA, 2009, p.18).

A observação participante ocorreu na instituição de ensino onde se deu a pesquisa, orientada pelo roteiro pré-definido (Apêndice B). A observação participante ocorreu entre 25 de abril a nove de maio de 2016 sempre às 18h até 22h. Foi possível captar com as observações o cotidiano escolar dos/as alunos/as entrevistados/as, como eles/as são recebidos, como são tratados/as pelos/as professores/as e os demais da equipe da escola, onde muitas

vezes algumas atitudes dos mesmos desestimulavam o alunado da Educação de Jovens e Adultos.

No que diz respeito à infraestrutura da escola, percebemos a falta de giz para quadro, algumas lâmpadas queimadas deixando o ambiente escuro, dificultando assim, a visão dos educandos. Outro fator foi à falta da pontualidade das professoras que durante a pesquisa nunca chegaram às 19h, sendo posteriores às 19h, quando os/as alunos/as começam a chegar a partir das 18h30minh. A coerência dos conteúdos que muitas vezes a aula toda é apenas sobre a novela, não trazendo esses assuntos do cotidiano para uma forma pedagógica. Vale registrar que essa observação se deu por meio de anotações no “diário de bordo” da pesquisa.

A observação teve um peso enorme nesta pesquisa, pois foi possível notar a grande diferença do que trazem os documentos que a escola forneceu. Os documentos tratam de uma escola ideal e que está de braços abertos para todos sem fazer distinção se é do ensino regular ou da modalidade da EJA, mas na realidade é bem diferente como veremos na análise da pesquisa.

2.5 Contexto de pesquisa

2.5. 1 O Município

De acordo com o Site da prefeitura Municipal de Santa Rita-PB (2014), o município de Santa Rita – PB localizado na Região Metropolitana de João Pessoa, assim uma população, em 2014 foi estimada pelo IBGE em 133.927 habitantes distribuídos em 726 km² de área. Nas últimas três décadas a cidade vem tendo um expressivo crescimento urbano, o que, além da prosperidade econômica, trouxe também problemas sociais e de urbanização.

Em virtude de seu distrito industrial, atualmente o município é detentor da quarta maior economia do estado, com um PIB de 1.624.386 mil reais, no ano de 2012, após a capital, Campina Grande e Cabedelo. Cidade histórica localizada junto à capital do estado, Santa Rita foi palco da implantação dos primeiros engenhos de cana-de-açúcar na Paraíba. A prosperidade canavieira possibilitou que muitas casas, igrejas, capelas e outros monumentos em estilo arquitetônico barroco fossem erigidos, os quais ainda hoje remontam a essa época. O município apresenta o maior número de fontes de águas minerais do estado da Paraíba, por isso também é conhecida como "cidade das águas minerais".

Em relação à educação do município, especificamente a Educação de Jovens e Adultos, o último levantamento ocorreu em 2013, pelo censo escolar disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, esses dados mostram que em 2013 havia 4.351 matrículas na Educação de Jovens e Adultos, não necessariamente esses alunos frequentando regularmente, em relação aos anos anteriores houve um crescimento de matrículas de 6,90%.

Nesta perspectiva notamos que mesmo sendo dados antigos, houve uma maior procura pela escolarização neste município, que pode ser por diversos fatores desde ao fato de aprender a ler e escrever até por uma forma de socialização, ter contato com outros indivíduos.

2.5.2 Sujeitos participantes da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram jovens e adultos de 21 a 60 anos de idades, do Ciclo I e II. Os mesmos são oriundos dos Bairros Heitel Santiago, Marcos Moura e Tibiri II, localizados na Cidade de Santa Rita/PB. No decorrer deste trabalho foram utilizados nomes fictícios para os participantes e para a própria instituição de ensino onde ocorreu a pesquisa, desta forma que fosse preservada as identidades dos/as participantes que aceitaram colaborar com esta pesquisa.

Estes alunos foram escolhidos para participar da pesquisa por ter um perfil que contemplaria a problemática desde trabalho: quais as contribuições na vida dos educandos que voltam ou iniciam a vida escolar? Por estarem iniciando ou reiniciando a vida escolar, eles tinham os elementos que responderiam as questões que foram indagadas.

Entre os/as participantes do Ciclo I, apenas um já teve contato com a vida escolar. Os/as demais ingressaram na escola pela primeira esse ano e os participantes do Ciclo II todos vem do Ciclo I cursados no semestre anterior na mesma instituição. Assim, como dito anteriormente participaram 19 alunos/as na roda de conversa, sendo 13 mulheres e 6 homens.

Veremos posteriormente no capítulo 3.3 que o fato que os/as participantes da pesquisa ressaltaram (na roda de conversa) necessitarem trabalhar muito cedo para seu sustento, fez com que deixassem a escola, e retornando depois por se sentirem excluídos na sociedade por não saber ler e escrever.

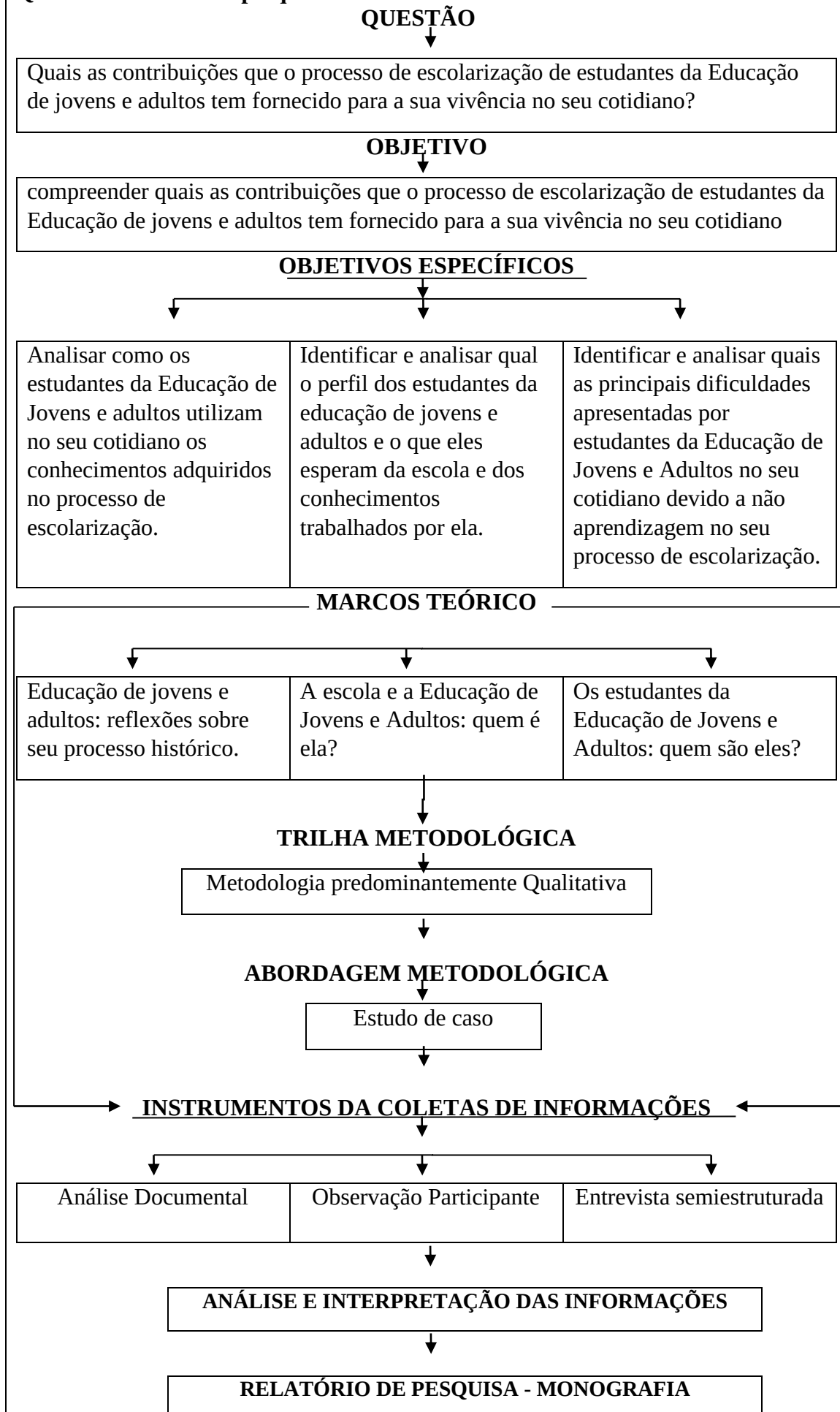
2.5.3 Análise dos dados e informações coletadas

A análise dos dados foi realizada logo após todas as etapas da coleta de informações, transcrevendo a gravação sobre a roda de conversa, e dos dados da documentação fornecida pela escola. Essa análise ocorreu de acordo com os objetivos e por triangulação, desde modo para Minayo (2001, p.71), a análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”.

Buscando uma maior articulação entre os instrumentos de coleta e as análises optamos por fazer triangulação, Triviños (1987) aborda que o processo de triangulação nos permite abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo.

Essa aproximação dos fatos e dados emanados do trabalho de campo garante uma análise mais verdadeira possível, resultando em responder todos nossos objetivos e ter uma pesquisa mais eficaz e significativa, ou seja, permitiu-nos ainda realizar uma comparação entre os dados obtidos, por meio dos diversos instrumentos utilizados na pesquisa, possibilitando assim, uma maior proximidade sobre o que foi pesquisado.

A seguir, apresentamos uma síntese da pesquisa em forma de uma figura que nos permite um olhar mais preciso sobre o trabalho de investigação realizado até a elaboração deste relatório de pesquisa.

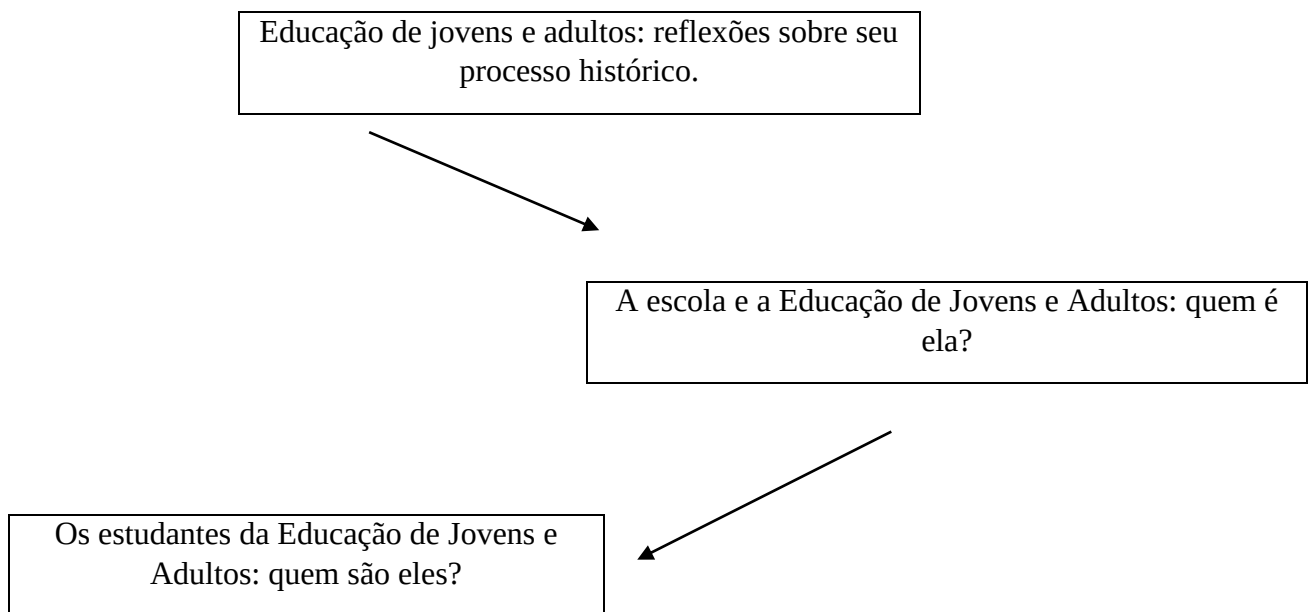
Quadro 05. Síntese da pesquisa

Após essa exposição do caminho metodológico da pesquisa a seguir são apresentados os eixos teóricos da pesquisa bem como o entrelaçamento dos achados da pesquisa. Ou seja, os dados emanados da pesquisa de campo tecem-se ao referencial teórico.

3. EIXOS TEÓRICOS

Após todas as leituras, fichamentos e pesquisas bibliográficas realizadas, chegamos à temática escolhida: “As contribuições do processo de escolarização na visão dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos: reflexões a partir do seu cotidiano” e tive como objetivo geral compreender quais as contribuições que o processo de escolarização de estudantes da Educação de jovens e adultos tem fornecido para a sua vivência no seu cotidiano. Desta forma destacamos os eixos teóricos: Educação de jovens e adultos: reflexões sobre seu processo histórico, a escola e a Educação de Jovens e Adultos: quem é ela? e os estudantes da Educação de Jovens e Adultos: quem são eles? Assim, os mesmos foram os norteadores para a realização dessa pesquisa e que representamos na figura a seguir.

Figura 1: Eixos Teóricos da pesquisa



Fonte: Projeto de Pesquisa da Autora

3.1 Educação de Jovens e Adultos: reflexões sobre o seu processo histórico

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil é uma preocupação social antiga. Começou a ter espaço para discussões e reflexões a partir da constituição de 1934 que estabeleceu a criação de plano de educação, que apontava pela primeira vez que era dever do estado a educação de adultos.

Uma reconstrução histórica torna-se necessária, uma vez que nos proporciona refletirmos sobre elementos que demonstra as variações ocorridas na Educação de Jovens e Adultos – EJA que atende aqueles que por algum motivo não conseguiu concluir seu estudos na idade certa. Desta forma,

[...] o desafio da expansão do atendimento na educação de jovens e adultos já não reside apenas na população que jamais foi à escola, mas se entende àquela que frequentou os bancos escolares, mas neles não obteve aprendizagens suficientes para participar plenamente da vida econômica, política e cultural do país e a seguir aprendendo ao longo da vida (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 126 *apud* EITERER; REIS 2009 p. 181).

Segundo Eiterer e Reis (2009) a Educação de Jovens e Adultos é algo que vem sendo trabalhado desde a época da colonização com os jesuítas que,

[...] além de difundir o evangelho, trás educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, encarregaram-se das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos (EITERER; REIS 2009 p. 182).

Com o início da década de 1940 ocorreram iniciativas que favoreceram a educação pra adultos como a criação e regulamentação do Fundo Nacional de Ensino Primário - FNEP, a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP, os primeiros passos para a implantação dos Supletivos, o lançamento da Campanha de Educação e Adolescentes e Adultos - CEAA, esse conjunto de medidas impulsionou para que a educação de adultos torna-se uma questão nacional para a sociedade.

No início da década de 1945 o INEP fez um apelo às autoridades do ensino no país de acordo com Paiva (2003), para que houvesse núcleos de uma “campanha em prol da educação de adolescentes e adultos analfabetos” desta forma ampliando os serviços de supletivos existentes. Sua fundamentação era os altos índices de analfabetismo no Brasil de acordo com o censo de 1940 que demonstrava que 55% nos grupos de 18 anos ou mais eram analfabetos, assim criando um clima de entusiasmo na sociedade com relação a campanha para alfabetizar.

Em 1947 o MEC criou a Campanha de Educação de Alfabetização de Adultos - CEAA que seria “uma autêntica campanha de salvação nacional: uma nova abolição” (PAIVA, 2003 p. 207). Esta possuía dois vieses: o plano de ação extensiva, ou seja, alfabetização em massa, e o plano de ação em profundidades que seria capacitar profissionalmente e a atuação junto à sociedade. O CEAA não tinha apenas como objetivo simplesmente alfabetizar, mas aprofundar o trabalho educativo.

O I Congresso nacional de Educação de Adultos que ocorreu em 1952 serviu para refletir os avanços e retrocessos que havia na educação de adultos “o congresso serviu para exposição dos trabalhos educativos destinados a adultos, realizados nos diversos estados e a troca de experiências e ideias sobre o assunto” (PAIVA, 2003 p. 216). Com todos os trabalhos, discussões que ocorreram no I Congresso Nacional de Educação foram de suma importância uma vez que:

As conclusões do congresso transformaram-se na sugestão para que fosse elaborada uma lei orgânica de educação dos adultos abrangendo não somente o ensino supletivo, mas também os cursos de continuação e aperfeiçoamento, colocando como ideal a ser atingido a criação de Universidades populares oficiais ou privadas (PAIVA, 2003 p. 216).

Nas discussões de acordo com Paiva (2003) a grande preocupação com a qualificação dos professores que trabalhariam no ensino supletivo destinado para adultos além do material didático que seria utilizado adequadamente para adultos sem infantilizações, foi a preocupação desse material estar ligado a vida da comunidade.

Em 1958 ocorreu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, que de acordo Paiva (2003, p. 221) com e seus “anais são efetivamente o único documento que nos permite observar amplamente até onde havia chegado o desgaste da CEAA” (PAIVA, 2003 p. 221). A partir da década de 1960 de acordo com Eiterer e Reis (2009), ocorreram diversos movimentos em prol a educação de adultos, cujo objetivo é tornar o indivíduo pensante, crítico na sociedade que está inserido. Daí,

[...] organizações sociais, à Igreja Católica e a governos desenvolveram experiências de alfabetização de adultos orientadas a conscientizar os participantes de seus direitos, analisar criticamente a realidade e nela intervir para transformar as estruturas sociais injustas (EITERER; REIS 2009 p. 182).

Em 1963 a CEAA foi extinta, porém seu declínio começou bem antes. Nesse sentido, Paiva (2003, p. 220) diz que “o declínio da campanha chega ao auge em 1958 quando é convocado o II congresso Nacional de Educação de Adultos, onde se reconhece de público o fracasso do programa do ponto de vista propriamente educativo”.

Com o fracasso da CEAA, surgiram outros programas voltados para alfabetizar a população brasileira como o MOBRAL. O Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL que ocorreu na década de 1970 pelo regime militar, com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. Segundo Menezes (2001, p. 229) “O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL iniciou suas atividades com o compromisso de dedicar-se à alfabetização de adultos, mas tornou-se uma superestrutura, expandindo-se por todo o país no final da década de 1970 e ampliando o seu campo de atuação às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Menezes (2001) informa que as metas iniciais previstas que foram erradicar o analfabetismo, integrarem os analfabetos na sociedade, dar oportunidades a eles através da educação, no entanto, ficaram longe de serem atingidas.

Segundo Menezes (2001) o MOBRAL não alterou as bases do analfabetismo, pois essas estavam calcadas fundamentalmente na estrutura organizacional da educação no país. Além disso, o seu modelo foi bastante condenado como proposta pedagógica por ter como preocupação principal apenas o ensinar a ler e a escrever, sem nenhuma relação com a formação do homem.

Ainda de acordo com Menezes (2001) a ideia do MOBRAL encontra-se no contexto do regime militar no Brasil, iniciado em 1964, cujo governo passa a controlar os programas de alfabetização de forma centralizada. Até então, duas décadas antes, a reflexão e o debate em torno do analfabetismo no país convergiam para a consolidação de um novo modelo pedagógico. Nesse modelo,

[...] o analfabetismo era interpretado como efeito de uma situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária e, sendo assim, a educação e a alfabetização deveriam partir de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los (MENEZES, 2001 p. 234).

Eiterer e Reis (2009) trazem em seu discurso o pensamento de Di Pierro (2005) que nos meados de 1980 que foi marcada pela intensa manifestação social, em relação a ditadura civil-militar, trazendo muitos avanços no campo da Educação de Jovens e Adultos. O MOBRAL sendo extinto em 1985, surge a Fundação Educar que desempenhou um papel atuante entre o Ministério da Educação e as Prefeituras e Organizações Sociais e Populares.

O estatuto, porém só foi estabelecido pelo Decreto nº 92.374, de 6 de fevereiro de 1986, onde todos os bens do MOBRAL foram transferidos para a EDUCAR. De acordo com Brasil (2005) as diferenças mais marcantes entre o MOBRAL e a EDUCAR foram:

A EDUCAR estava dentro das competências do MEC, promovia a execução dos programas de alfabetização por meio do “apoio financeiro e técnico às ações de outros níveis de governo, de organizações não governamentais e de empresas” (Parecer CNE/CEB n.º11/2000)

De acordo com o Parecer do Conselho Nacional de Educação (2000) as verbas para a execução dos programas iam para as prefeituras municipais através da COEST que recebia os recursos da EDUCAR. O objetivo da EDUCAR era “promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não-formais, destinados aos que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos prematuramente” (ZUNTI, 2000). A Fundação EDUCAR foi extinta em 1990, surgindo a (PNAC) Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania que só durou um ano.

Esses avanços tiveram algo de concreto com a constituição de 1988 que assegurou o direito dos jovens e adultos à educação fundamental. Porém, mesmo com a nova constituição assegurando aos jovens e adultos o Ensino Fundamental, não foi suficiente para desenvolver políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos.

A partir do início da década de 1990, “a União vinha se desobrigando dos encargos da EJA, transferindo-os aos estados e, principalmente, aos municípios, com apelos para o envolvimento de organizações não governamentais e da sociedade civil” (EITERER; REIS 2009, p. 183).

O fim de a Fundação Educar marcou a desobrigação da União em 1990, no início do governo Collor, pois até então a Fundação Educar desde 1986 vinha induzindo as políticas de EJA em todo Brasil.

A Educação de Jovens e Adultos - EJA começou a perder gradualmente seus direitos já conquistados, ou seja, “o discurso da inclusão que vinha sendo crescente até aquele momento, passou a ser substituído pelo discurso da exclusão, do estabelecimento de prioridades, com restrição de direitos” (EITERER; REIS, 2009, p. 183 *apud* HADDAD, 1997, p. 109). Isso ocorreu porque o poder público e principalmente a União tinham como ideia para o fim do analfabetismo o investimento apenas na escolarização de crianças e jovens em idade escolar.

Assim, neste contexto fica claro que a educação no âmbito geral tem uma grande interferência econômica, principalmente a Educação de Jovens e Adultos, pois os poderes

públicos buscaram dotar sistemas educativos que tenham maior eficiência para resolver o problema do analfabetismo e ao mesmo tempo seja de baixo custo para os cofres públicos.

3.1.1 A Educação de Jovens e Adultos no contexto atual

Com o "Impeachment" do Presidente Collor em 1992, o seu vice, Itamar Franco, assume a presidência. No discurso de moralização da política no país, Itamar foi à busca da recomposição da imagem do governo brasileiro diante da opinião pública nacional e internacional. No que se refere à Educação de Jovens e Adultos vai se tentar um fortalecimento da discussão que vinha se dando em torno da implementação de um programa sistemático, não apenas de alfabetização, mas de garantia do Ensino Fundamental para Jovens e Adultos, prova disto é uma nova composição na Comissão Nacional com educadores que coordenaram os debates desta temática,

[...] em torno do Plano Decenal de Educação para Todos -1993/2003, ao mesmo tempo em que já vinham realizando discussões para o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). É deste esforço, em 1994, que nasce o documento: Diretrizes para uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos, do qual se extrai aqui um trecho fundamental para o contraponto com a situação na qual se encontra a EJA nestes dois anos que se seguem à publicação do referido documento (MACHADO, 2006, p. 3).

De acordo com Machado (2006) o então Ministro da Educação e do Desporto, Murilo de Avellar Hingel, assim se pronuncia na sua introdução:

[...] o documento de diretrizes da Política de Jovens e Adultos, que o Ministério da Educação e do Desporto tem a grata satisfação de editar e divulgar, organizado com a participação da Comissão Nacional de Jovens e Adultos, deverá ser entendido como a manifestação da vontade política do Governo de cumprir o que determina o Artigo 208, caput, inciso I, parágrafo 1º e 2º, isto é, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo; § 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade de autoridade competente. (MACHADO, 2006, p. 6 *Apud* HINGEL, 1994, p. 07).

Esta declaração se contrapõe à fala do Ministro, em 1993, quando da abertura do Encontro Latino-Americano Sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores:

No Plano Decenal de Educação para Todos, a prioridade não poderia deixar de ser a criança. É a criança o objetivo maior das preocupações do Plano, uma vez que o atendimento integral às necessidades da criança há de ser a garantia da formação plena, de forma que problemas que ainda afligem a sociedade brasileira, como o problema do analfabetismo, sejam estancados na sua origem, na sua própria razão de ser. (MACHADO, 2006 p.7 *Apud* HINGEL a, 1994, p.11-12).

Apesar das contradições nos discursos oficiais, o que se observa no restante do documento das diretrizes é um reconhecimento da mobilização que foi feita pelos setores oficiais e da sociedade civil que atuam em Educação de Jovens e Adultos, tentando não deixar passar a opção da exclusiva e excludente atenção do governo à escolarização de crianças, muito menos a desobrigatoriedade do governo com a EJA de acordo com Machado (2006). Evidência deste fato se constata em uma de suas linhas de ação, no que se refere à demanda da EJA:

[...] ampliar a oferta de educação básica para os jovens e adultos excluídos do sistema regular de ensino, mantê-la enquanto não tiver sido assegurada a todos a efetiva oportunidade de acesso e progressão com sucesso à escola fundamental na idade própria; - propor à escola redimensionar o seu atendimento a jovens e adultos, encontrando modos que, sem renunciar à sua função recíproca de preservação, transmissão e produção do conhecimento, possam efetivamente ir ao encontro dos limites impostos pelas condições concretas de vida da população trabalhadora; (MACHADO, 2006, p.7 *Apud* HINGEL a, 1994:18).

O sucessor no Governo do Presidente Itamar Franco, foi o Presidente, Fernando Henrique Cardoso e sua equipe à frente do Ministério da Educação, mantém o caráter descontínuo na política educacional brasileira. Machado (2006) em seu discurso nos remete que toda a mobilização realizada no Brasil para elaboração da LDBEN e, os encontros estaduais, regionais e nacional, realizados no ano de 1996, num processo de levantamento da realidade do atendimento em Educação de Jovens e Adultos e às propostas de avanço para o mesmo, foram desconsiderados com a promulgação da Lei Darcy Ribeiro (Lei Nº 9394/96) e com a implantação do Programa Alfabetização Solidária, a partir de set/ 1996.

No que se refere à LDB, a EJA ficou basicamente reduzida a cursos e exames supletivos, inclusive com a redução da idade para a prestação dos exames, o que caracteriza um incentivo aos jovens ao abandono às classes regulares de ensino. O substitutivo de Darcy Ribeiro representou um golpe em todo o processo democrático de discussão do projeto que fora aprovado pela Câmara dos Deputados em 1993. Quanto à proposta do Programa Alfabetização Solidária esta sequer foi colocada em debate no Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado em Natal, onde seus delegados foram surpreendidos com tal lançamento (MACHADO, 2006, p.9).

No processo de continuidade das discussões no seminário, foram solicitados esclarecimentos aos representantes do MEC que se limitou a definir o programa como uma iniciativa da Primeira Dama, Ruth Cardoso, que coordenaria juntamente com Programa Comunidade Solidária esta iniciativa de alfabetização.

O Programa Alfabetização Solidária de acordo com Machado (2006) teve como prioridade levar alfabetização aos municípios que possuem os maiores índices de analfabetismo, situados nas regiões Norte e Nordeste do país, para que os mesmos

inicialmente cheguem à média nacional. Para isto ocorrer, está pautado em cinco vertentes: a mobilização nacional, um projeto piloto como referência, a busca e o incentivo a parcerias, avaliação permanente e mobilização da juventude.

Com o governo Lula (de 2002 a 2010) houve avanços no âmbito da educação de jovens e adultos. Essa modalidade de ensino entrou na lista de prioridades governamentais de acordo com Eiterer e Reis (2009), juntamente com os programas emergenciais de erradicação da pobreza como, por exemplo, o Programa Fome Zero.

Com um orçamento muito limitado, foi criado pela Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo lançou o programa Brasil Alfabetizado, “desenvolvido, de modo descentralizado, pelos estados, municípios e organizações sociais que a ele aderiram” (EITERER; REIS, 2009, p. 184). Porém, este programa traz diversos aspectos já vistos em programas anteriores na tentativa de erradicar o analfabetismo no Brasil.

[...] os aspectos polêmicos desse programa, destaca-se o desenho assemelhado ao das campanhas de alfabetização do passado, como a curta duração do módulo de ensino e aprendizagem, ausência de instrumentos de acompanhamento e avaliação, improvisação de alfabetizadores com nenhuma ou escassa formação pedagógica (EITERER; REIS, 2009, p. 184).

Assim, um dos fatores negativos do Brasil Alfabetizado foi que seus tutores em sua grande maioria não têm formação pedagógica como citado anteriormente, isso consequentemente leva a desmotivação e também a não saber como organizar o trabalho pedagógico para os educandos dessa modalidade para continuar frequentando o programa e assim conseguir atingir seu objetivo alfabetizar efetivamente o educando.

Eiterer e Reis (2009) traz que a uma tensão em volta da Educação de Jovens e Adultos, por ela vem da tradição de Educação Popular, contendo elementos libertários, em contra partida a escolarização é necessariamente reguladora, ou seja, a Educação de Jovens e Adultos deriva de uma educação não formal ligada diretamente ou indiretamente a movimentos populares.

Com a oferta da Educação de Jovens e Adultos nas escolas surge um contraponto: as escolas teriam que abraçar esta modalidade de ensino que vem com a influência dos movimentos sociais e ao mesmo tempo a própria escola oferece o ensino dito como regular outra tensão à,

[...] entre flexibilização e institucionalização desta modalidade de ensino. Com o reconhecimento do direito à educação de jovens e adultos como oferta pública, a tensão entre uma institucionalização, por meio do modelo de ensino regular acelerado, e a criação de outro modelo que busque flexibilização, inspirada nas orientações da Educação Popular, é característica permanente desta busca por um caminho próprio de se fazer EJA. A luta pelo direito à escola revela características

no imaginário da população e dos educadores que se espelham na escola regular de Ensino Fundamental voltada para o ensino de crianças e adolescentes. O desafio pela constituição de modelo de atendimento próprio passa pelo questionamento da escola tradicional, sem deixar de lado seus acertos e os achados (EITERER; REIS, 2009, p. 187 *Apud* HADDAD, 2007, p. 17).

Uma causa dessa tensão que está entranhada na Educação de Jovens e Adultos é a hierarquização na política pública em educação. “O estado como gestor das políticas educacionais, tem estabelecido tais políticas de forma endógena, envolvendo, em sua elaboração, a cúpula do Ministério da Educação e das Secretárias Estaduais e Municipais de Educação” (EITERER; REIS, 2009, p. 188). Arroyo (2006) traz em seu discurso que para uma educação e formação de adultos com eficácia torna-se necessário seguir o modelo de educação popular,

[...] a EJA nunca foi algo exclusivamente do governo ou do sistema educacional, pelo contrário sempre se espalhou pela sociedade. A EJA sempre fez parte da dinâmica mais emancipatória; [...] se vincula muito mais aos processos de emancipação do que aos de regulação (EITERER; REIS, 2009, p. 188 *Apud* ARROYO, 2006, p. 19).

Desta forma de acordo com Arroyo (2006) a sociedade teria que assumir a Educação de Jovens e Adultos e o governo apenas legitimaria essa emancipação.

O Poder Público pode e deve oferecer aos jovens e adultos uma educação de qualidade. O que se precisa definir é que tipo de escola, ela deve ser desenvolvida, com que configuração e como aproximar concepções pedagógicas (EITERER; REIS, 2009, p. 189).

Nesta perspectiva Eiterer e Reis (2009) se apoiam em Haddad (2007) para firmar o discurso da necessidade de formalizar os processos educativos como currículo, a qualificação dos professores. Ainda se baseando em Haddad (2007) as autoras mencionam que “desconfiam que a escolarização, como espelho da escola atual, seja a morte no sentido político e pedagógico da EJA” (EITERER; REIS, 2009, p.189). Em contra partida há quem defenda que haja conteúdos e atitudes que sejam voltadas para uma formação de qualidade do trabalhador, que o mesmo consiga prosseguir na vida escolar dando a ele a conquista de seus direitos e consequentemente dando ao educando uma vida melhor.

De acordo com Amorim (2013) a história da Educação de Jovens e Adultos tem apresentado variações ao longo do tempo, demonstrando serem estreitamente ligadas às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizam os diferentes momentos históricos do País. O direito à educação e o dever de educar, na atual LDBEN nº 9.394/96, traz além da reafirmação do texto constitucional, apresenta duas garantias para a EJA: "A oferta de ensino noturno regular adequado às condições do educando" (AMORIM, 2013, p.

13) e a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (AMORIM, 2013, p. 17).

Assim, chegamos a pleno século XXI com um considerável número de analfabetos e que segundo dados do MEC (2000) no Brasil, há cerca de 14,6 milhões de cidadãos que não sabem ler e escrever. Algo inadmissível, diante de um contexto social em que novas competências são determinantes em um mercado de trabalho cada vez mais exigente. Um país sem analfabetos e com cidadãos com consciência crítica, evidentemente é um país muito melhor.

O desafio imposto para a Educação de Jovens e Adultos na atualidade se constitui em reconhecer o direito do jovem/adulto/idoso de ser sujeito. De acordo com Lopes (2000) é necessário mudar radicalmente a maneira como a Educação de Jovens e Adultos é concebida e praticada, buscar novas metodologias, considerando os interesses dos jovens e adultos.

Pensar “novas formas” de Organização do Trabalho Pedagógico na Educação de Jovens e Adultos articulados com o mundo do trabalho, investir seriamente na formação de educadores e renovar o currículo interdisciplinar e transversal, entre outras ações, de “forma que esta passe a constituir um direito, e não um favor prestado em função da disposição dos governos, da sociedade ou dos empresários” (LOPES, 2000, p.209).

Assim, podemos mencionar que no percurso histórico da Educação de Jovens e Adultos houve diversos avanços e alguns retrocessos ao longo da história. Contudo, ainda falta muito para essa modalidade educativa possa ter uma estrutura para uma educação de qualidade social para todos e todas, desde as leis que a subsidie até a formação dos/as professores/as que atuam nas classes da Educação de Jovens e Adultos.

3.1.2 Reflexões sobre alguns marcos legais para a Educação de Jovens e Adultos

De acordo com Barbosa (2010) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) estabeleceu no capítulo II, seção V a Educação de Jovens e Adultos, onde o artigo 37 nos sinaliza: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”, com essa definição nos mostra o potencial em termo de educação inclusiva e compensatória que a Educação de Jovens e Adultos possui.

Com isso vemos que além de ser uma política educacional,

[...] a EJA é principalmente uma política social. Ela dará condições para que os alunos melhorem suas condições de trabalho, melhorem a sua qualidade de vida e com isso sejam respeitados na sociedade. Cabe ao governo, de acordo com o parágrafo segundo do artigo 37 da referida lei, estimular o acesso da população à essa modalidade educacional e oferecer condições de funcionamento dignas para que sejam de fato efetivados os seus objetivos que são os de inclusão social e melhoria da qualidade de vida pessoal e profissional dos educandos. Além da oferta do ensino fundamental e médio, também é possível a integração da EJA à cursos da Educação Profissional possibilitando assim ao aluno além de alcançar o nível de ensino que ele deseja (fundamental ou médio) uma qualificação profissional para atuar no mercado de trabalho (BARBOSA, 2010).

Nesta perspectiva a Educação de Jovens e Adultos depois de pequenos avanços e grandes retrocessos houve uma conquista com o Parecer CNE 11/2000 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, sob a coordenação do Relator Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury. No primeiro parágrafo de sua introdução, o Documento diz:

A Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) teve aprovados o Parecer CEB nº 4 em 29 de janeiro de 1998 e o Parecer CEB nº 15 de 1º de junho de 1998 e de cujas homologações, pelo Sr. Ministro de Estado da Educação, resultaram também as respectivas Resoluções CEB nº 2 de 15/4 e CEB nº 3 de 23/6, ambas de 1998. O primeiro conjunto versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e o segundo sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Isto significou que, do ponto de vista da normatização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Câmara de Educação Básica respondia à sua atribuição de deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto (art. 9º, 1º, c, da Lei nº 4.024/61, com a versão dada pela Lei nº 9.131/95). Logicamente estas diretrizes se estenderiam e passariam a vigor para a educação de jovens e adultos (EJA), objeto do presente parecer. A EJA, de acordo com a Lei nº 9.394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, como tal deveria receber um tratamento consequente (BRASIL, 2000).

O parecer CNE/CEB nº 11/2000 menciona que as funções da Educação de Jovens e Adultos que são: auxiliar na eliminação das discriminações e na busca de uma sociedade mais justa e menos desigual, a qual resultaria da inclusão do conjunto de brasileiros, vítimas da história excludente de nosso país. A Educação de Jovens e Adultos é tratada como representação de uma dívida social a ser reparada, assumindo a tarefa de estender a todos o acesso e domínio da escrita e da leitura como bens sociais, seja na escola ou fora dela.

Enquanto modalidade da Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos, conforme expressa na LDBEN, não se consubstancia apenas no âmbito da alfabetização. Mas vai além, com função, abrangência e importância muito maior. Nesse sentido, o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 redefine três funções básicas para a Educação de Jovens e Adultos: A função reparadora que se constitui na restauração do direito a uma escola de qualidade, o que significa ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante, contribuindo para a

conquista da cidadania e a inserção no mundo do trabalho, através da aquisição das competências exigidas para isso; A função equalizadora que se aplica àqueles que antes foram desfavorecidos quanto ao acesso e permanência na escola, devendo receber, proporcionalmente, maiores oportunidades que os outros, para ter restabelecida sua trajetória escolar de modo a readquirir a oportunidade de um ponto igualitário no jogo conflitual da sociedade; E a função permanente ou qualificadora, que a Educação de Jovens e Adultos deve ser vista como uma promessa de qualificação de vida para todos, propiciando a atualização de conhecimentos por toda a vida.

Em 2001, de acordo com Amorim (2013) o Congresso Nacional sanciona a Lei 10.172/01 que estabelece o Plano Nacional de Educação- PNE. Este Plano alinha-se com os compromissos firmados pelo Brasil no âmbito internacional, a exemplo da Declaração de Hamburgo, Documento que versa sobre a educação de adultos. Nas diretrizes sobre a Educação de Jovens e Adultos, o texto diz:

As profundas transformações que vêm ocorrendo em escala mundial, em virtude do acelerado avanço científico e tecnológico e do fenômeno da globalização, têm implicações diretas nos valores culturais, na organização das rotinas individuais, nas relações sociais, na participação política, assim como na reorganização do mundo do trabalho. A necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar essas transformações alterou a concepção tradicional de educação de jovens e adultos, não mais restrita a um período particular da vida ou a uma finalidade circunscrita. Desenvolve-se o conceito de educação ao longo de toda a vida, que há de se iniciar com a alfabetização. Mas não basta ensinar a ler e a escrever. Para inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida e de fruição do tempo livre, e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, a educação de jovens e adultos deve compreender no mínimo, a oferta de uma formação equivalente às oito séries iniciais do ensino fundamental. De acordo com a Carta Magna (art. 208, I), a modalidade de ensino, educação de jovens e adultos, no nível fundamental deve ser oferecida gratuitamente pelo Estado a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Trata-se de um direito público subjetivo (CF, art. 208, 1º). Por isso, compete aos poderes públicos disponibilizar os recursos para atender a essa educação (BRASIL, 2000).

Na seção dos objetivos e metas, ainda de acordo com Amorim (2013) o Plano Nacional de Educação- PNE destaca 26 pontos, dos quais destacamos alguns sobre especificidade para a Educação de Jovens e Adultos:

- Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo;
- Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenham atingido este nível de escolaridade;
- Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais do Ensino Fundamental para toda a população de 15 anos e mais que concluiu as quatro séries iniciais;

- Assegurar que os sistemas estaduais de ensino, em regime de colaboração com os demais entes federativos, mantenham programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela, e habilitados para, no mínimo, o exercício do magistério nas séries iniciais do Ensino Fundamental, de forma a atender a demanda de órgãos públicos e privados envolvidos no esforço de erradicação do analfabetismo;
- Observar, no que diz respeito à educação de jovens e adultos, as metas estabelecidas para o Ensino Fundamental, formação de professores, educação a distância, financiamento e gestão, educação tecnológica, formação profissional e educação indígena. (BRASIL, 2000).

Em seu discurso, Amorim (2013) relata que na entrevista à Revista Nova Escola, Francisco das Chagas Fernandes, secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC) e coordenador geral da comissão organizadora da CONAE, fala sobre os resultados do PNE: "Algumas [das 295 metas propostas] não são quantificáveis, o que dificulta a fiscalização. No novo plano, queremos ter menos objetivos, e todos numéricos e realizáveis." Uma das metas relacionadas à EJA não alcançada é a da oferta de vagas aos possíveis discentes.

Na Revista Nova Escola, Ferreira (2013) fala sobre a Educação de Jovens e Adultos que entre 2001 e 2007, 10,9 milhões de pessoas fizeram parte de turmas de Educação de Jovens e Adultos. Parece muito, entretanto, representa apenas um terço dos mais de 29 milhões de pessoas que não chegaram à 4ª série e seria o público dessa faixa de ensino. A inclusão da Educação de Jovens e Adultos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB representou uma fonte de recursos para ampliar a oferta, mas não atacou a evasão, hoje em alarmantes 43%, de acordo com a Revista Nova escola (Março, 2010).

De fato, a evasão é um grande desafio para o futuro da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Talvez, não se pensar nas demandas de aprendizagem desses sujeitos seja o fator preponderante que leva a modalidade a experimentar esses índices elevados de evasão.

Ainda fazendo relação com o pensamento de Amorim (2013) alguns estudiosos têm visto estas iniciativas como um avanço. Ainda de acordo com a autora, em dezembro de 2009, o Brasil sediou a VI CONFINTEA. A Conferência aconteceu na cidade de Belém, estado do Pará. Foi um momento importante para a modalidade no Brasil, pois em um evento de amplitude internacional, a própria Educação de Jovens e Adultos nesse país foi (re) pensada. O Documento final do evento, em seu preâmbulo, diz:

Reiteramos el papel fundamental del aprendizaje y la educación de adultos formulado en las cinco Conferencias Internacionales de Educación de Adultos (CONFINTA I-V) celebradas desde 1949 y unánimemente nos proponemos hacer

avanzar, con un sentido de urgencia y a un ritmo acelerado, las prioridades del aprendizaje y la educación de adultos. (CONFINTEA VI, 2009, p. 2).

No Documento três pontos cruciais são destacados como fundamentais para a melhoria de atendimento ao público relacionado à modalidade. São eles:

- O reforço de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos;
- A necessidade de se aumentar o financiamento da área;
- Estreitar as parcerias entre governos e sociedade civil para melhorar a qualidade da educação.

Desse modo, a Educação de Jovens e Adultos vem sendo ao longo dos anos um tema de destaque na agenda do governo brasileiro, hora com intenções políticas das elites, hora de maneira compensatória (fato ainda presente no século XXI), hora com uma preocupação em reconhecer o direito a uma educação de qualidade para os sujeitos específicos dessa modalidade. É fundamental que a retórica ceda lugar à prática o mais rápido possível, pois, apesar dos esforços atuais é inegável que há muito trabalho a ser feito.

3.2. A escola e a Educação de Jovens e Adultos: quem é ela?

A escola onde ocorreu a pesquisa foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA José Roberto, localizada no Município de Santa Rita - PB. A fundação dessa escola é datada de 04 de Março de 1992, pelo então prefeito da época o médico Oildo Soares. No início essa escola atendia a Educação Infantil até os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (antiga 4ª série). Em 1996 foi implantado os Anos Finais do Ensino Fundamental. Em 1998 começou a oferta ensino no período noturno sendo o seu público principalmente os adultos. Porém, não funcionava em forma de ciclo, ainda era na modalidade “regular”, e até o 5º ano (antiga 4ª serie). Apenas em 2002 a escola começou a oferta à modalidade da Educação de Jovens e Adultos em ciclos, inicialmente apenas os ciclos I e II e em 2008 foram implantados os ciclos III e IV que corresponde do 6º ano até o 9º ano do Ensino Fundamental.

Atualmente a escola atende do 1º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental sendo pela manhã do 1º ano até o 5º ano, no período da tarde do 6º ano ao 9º ano, e no período noturno atende a modalidade da Educação de Jovens e Adultos, do ciclo I até o ciclo IV. A escola possui 694 matrículas sendo 177 alunos matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 274 nos anos finais do Ensino Fundamental e 243 alunos matriculados na modalidade da EJA. A escola atende à população residente dos bairros Heitel Santiago, Marcos Moura e Tibiri II.

Em suas dependências ela possui 8 salas de aulas, 60 funcionários, Sala de diretoria, Laboratório de informática, Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado-AEE, Alimentação escolar para os alunos, Cozinha, Biblioteca, Banheiro dentro do prédio, Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, Sala de secretaria. Seus equipamentos 1 computador administrativo, 10 computadores para alunos, 3 TVs, 4 equipamentos de som, 4 impressoras, 2 equipamentos de multimídia, 1 TV, 1 Videocassete, 1 aparelho de DVD, 1 Retroprojektor, e 1 Impressora.

Mesmo a escola tendo esses equipamentos, eles são poucos utilizados, principalmente os computadores que seriam destinados aos alunos. A justificativa da não utilização é que a prefeitura não disponibiliza professor/a de informática e uma rede de banda larga (internet) para que os/as alunos/as possam utilizar estes computadores para pesquisas.

A escola não possui supervisor escolar, muitas vezes quem faz esse papel é o porteiro da escola. Também não possui nenhum Psicólogo Educacional, a única assistência que a escola oferece a seu alunado é apenas a merenda escola que se restringe apenas nos turnos manhã e tarde. Para os/as alunos/as da Educação de Jovens e Adultos não são ofertados a merenda, pois a direção alega que vem pouca quantidade e a direção prioriza as crianças dos turnos manhã e tarde. Os equipamentos que a escola oferece para seu alunado, ou seja, os/as alunos/as da Educação de Jovens e Adultos só podem utilizar as salas de aulas, que estão em situação precária em sua estrutura física.

3.2.1 Projeto Político Pedagógico e a sua relação com a Educação de Jovens e Adultos na escola pesquisada

Nas visitas para a realização desta pesquisa foi solicitado o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola, sendo que a diretora adjunta informou que o mesmo estava em construção. Depois de muita insistência a diretora disponibilizou o PPP que foi construído pela gestão anterior 2006 a 2010, que ainda estava em vigor, pois o da gestão atual encontra-se em construção.

Segundo Almeida (2009) a escola deve desenvolver uma proposta educativa, pois sem ela dificultará a realização de um trabalho coletivo e de qualidade. A equipe precisa ter seus princípios e metas que oriente seu trabalho. A escola ao criar seu Projeto Político Pedagógico servirá como instrumento de transformação emancipatória, pensando sempre que o espaço da escola seja um local de significados e constantes elaborações. Sobre isso, Veiga (2003) menciona:

[...] em vez da padronização, propor a singularidade; em vez de dependência, construir a autonomia; em vez de isolamento e individualismo, o coletivo e a participação; em vez da privacidade do trabalho pedagógico, propor que seja público; em vez de autoritarismo, a gestão democrática; em vez de cristalizar o instituído, inová-lo; em vez de qualidade total, investir na qualidade para todos. (VEIGA, 2003, p. 279 *apud* ALMEIDA, 2009, p. 137).

Desde modo, o PPP deve buscar os objetivos e princípios para que desenvolva em seu espaço de forma que possibilite a emancipação dos seus/as alunos/as, através de uma educação de qualidade social para todos e todas.

No caso da escola pesquisada, mesmo com esse Projeto Político Pedagógico em vigor, a escola não dá muita assistência para seus/as alunos/as, especialmente quando se trata da Educação de Jovens e Adultos. Quando o/a aluno/a busca a EJA ele/a vem com uma grande “carga” de desmotivação, muitas vezes por não saber ler e escrever e ele/a é excluído/a da sociedade. Em seu Projeto Político Pedagógico a escola deveria buscar “inserir” novamente esses indivíduos na sociedade, porém na prática é bastante diferente. Nesse sentido, são oportunas as palavras do Aluno A apresentou:

Eu vim pra escola por que cansei de passar vergonha né professora, quando o povo sabe que você não sabe ler o nome de um ônibus já diz, olha lá o burro, e eu não sou burro não tô certo professora sou um ser humano, mas sendo bem sincero com a senhora não tá sendo do jeito que pensei, tem dia que tem aula outro não tem, a gente não tem direito a um lápis né a gente é tratado como o resto da escola, é isso que penso. (Aluna Graça, 58 anos).

Assim, vemos que falta responsabilidade tanto dos órgãos público como da escola e juntamente com o corpo de professores/as de se comprometerem de fato para que haja uma educação de qualidade para esse público. Daí surge para a Educação de Jovens e Adultos diversos desafios que,

[...] precisa superar destacam-se: (a) alfabetizar e garantir a EJA na perspectiva de uma visão ampliada de educação ao longo da vida; aproximação entre discurso e prática pedagógica; (b) necessidade de propostas com impactos de intervenção na realidade; (c) acompanhamento e cobrança de políticas públicas mais coerentes e efetivas; (d) investimento na formação continuada de professores; (e) possibilidade de troca de informações/experiências. (ALMEIDA, 2009, p. 146).

Nesse sentido, a escola tem que contemplar em seu Projeto Político Pedagógico, a diversidade que tem o público da Educação de Jovens e Adultos apresenta, ou seja, buscando conhecer seus/as alunos/as e assim conhecendo suas necessidades e criar ambientes propícios para a sua aprendizagem.

3.2.2 Regimento da Escola pesquisada e a Educação de Jovens e Adultos

No período que ocorreu a pesquisa, também foi solicitado da instituição o regimento escolar para que pudéssemos analisar como a Educação de Jovens e Adultos está contemplada no referido documento. Porém, da mesma forma que o novo PPP está em construção, o regimento da escola sobre a EJA está sendo construído.

Quando a direção da escola pesquisada foi questionada se a escola possui algum documento do regimento da Educação de Jovens e Adultos em vigor mesmo estando desatualizada a direção informou que a escola segue o regimento municipal e que busca criar oportunidades para que todos os/as educandos/as sejam atendidos/as nas suas necessidades e especificidades.

Segundo a direção da escola existe a preocupação dessa Unidade Escolar em propiciar formas alternativas de estudo, incluindo oficinas, palestras, cursos, outras atividades teórico-práticas, criar condições para que os alunos da Educação de Jovens e Adultos possam desenvolver, de forma integral, habilidades e competências necessárias à sua inserção nas diferentes dimensões sociais no mundo do trabalho, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação cidadã.

A direção ainda ressaltou a necessidade da escola em propiciar acesso ao domínio da escrita e da leitura, promovendo a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser um requisito básico para a educação continuada, possibilitar o conhecimento de si e do outro como iguais, promovendo o respeito às diferenças, além de estimar o acesso ao conhecimento impresso, novas habilidades e tecnologias, que os ajudarão a perceber e participar das mudanças sociais e culturais. De acordo com as nossas observações ocorridas durante a fase da coleta de dados registramos o seguinte episódio:

Durante a pesquisa que tive contado diretamente com os alunos, funcionários, ou seja, contato diretamente. Pude notar que mesmo a direção da escola dizendo que segue o regimento municipal, na realidade para os alunos da Educação de Jovens e Adultos a escola não cria o ambiente favorável para que possa colocar em prática o regimento do município sobre a EJA, como por exemplo, lâmpadas queimadas dificultando a visão dos estudantes, ventiladores quebrados, assim tendo um calor enorme, o bebedouro funcionam apenas uma torneira e não possuem copos o aluno tem que levar de casa, o não cumprimento dos horários dos/as professores/as que nunca chegam às 19h tendo em vista que o alunado chega a partir da 18h30minh. (Diário de campo, 18/05/2016).

Diante do exposto, podemos ver que a gestão atual da escola tem consciência que é necessário esses documentos para “guiar” o desenvolvimento da escola, porém esses documentos não estão presentes no ambiente escolar pesquisado. Ficou claro novamente o

pouco comprometimento da escola com seus alunos, pois, como Freire (1996) menciona, ensinar exige comprometimento com a educação de “qualidade e igualitária, visando à inserção de indivíduos ainda marginalizados, numa sociedade desigual e excludente, pois, somente por meio dessa educação ideal, os envolvidos nesse processo terão acesso à inclusão na sociedade” (FREIRE, 1996, p. 243).

3.3 Os estudantes da Educação de Jovens e Adultos: quem são eles?

O público da Educação de Jovens e Adultos antigamente atendia apenas adulto, a presença crescente de jovens começou a partir de 1990 com a LBDEN 9394/96 que reduz a idade mínima de 18 para 15 anos para entrar nesta modalidade. Na Educação de Jovens e Adultos existe uma grande diversidade do seu público, cada indivíduo que busca a Educação de Jovens e Adultos vem com suas expectativas, desejos, motivações e até um ideal de como deve ocorrer à escolarização, conforme defende Coura, Soares (2001).

Há diversos motivos para que o/a aluno/a migre para essa modalidade de ensino. Quando tratamos dos/as jovens que migram da educação “regular” para a Educação de Jovens e Adultos, como: à reprovação, a necessidade de trabalhar, ou apenas por ter a ideia que na EJA irá alcançar o término dos estudos com mais facilidade e em menor tempo. Um dos entrevistados relatou:

Vim pra noite né por que nunca gostei da escola, minha mãe “botava” e eu fugia ai ela deixou pra lá e quando o homem lá da obra me mandou ir estudar né ai eu já grande não ia pra sala de criancinha né professora tive que vim pra noite e agora eu que sou a criança da turma (risos) (Aluno Eduardo 21 anos).

Além do fator de exclusão social que muitos educandos/as relatam, grande parte dos entrevistados/as ressaltou a diferença que a própria escola faz entre o ensino “regular” e a modalidade EJA, como por exemplo, nos turnos manhã e tarde os/as alunos/as tem acesso a outras atividades da escola como a sala de computadores, do projeto *Mais educação*, a merenda escolar, que é algo muito raro na Educação de Jovens e Adultos.

Vale lembrar que muitos desses/as educandos/as vêm direto do trabalho sem ter oportunidade de fazer alguma refeição, constituindo-se assim como obstáculos para sua volta à vida escolar, tendo que mais essa enfrentar a diferença dentro do próprio ambiente escolar. Sobre isso, uma aluna mencionou:

Acho injusto os meninos do dia ter mais opções do que a gente nem caderno a gente ganhou e eles “ganhou” até farda, acho que eles pensam que somos o resto da escola. (Aluna Graça 58 anos).

O desejo pela aquisição do conhecimento sempre esteve presente na humanidade, quando esses indivíduos não tiveram oportunidade de frequentar a vida escolar na “idade certa”, a vontade em aprender não cessou, ao contrário, através da pesquisa notamos que aguçou cada vez mais. Houve diversos motivos para esses indivíduos não ter frequentando a escola em períodos oportunos, pois segundo Coura e Soares (2011) frequentar a escola antigamente era privilégios para poucos,

[...] a própria história mostra quão desiguais foram às oportunidades de escolarização na sociedade brasileira. A princípio, por causa da falta de iniciativa governamental no sentido de universalizar o direito à educação, apenas os filhos das famílias mais abastadas chegavam a escolarizar-se. Foram séculos e séculos mantendo a grande maioria da população longe das escolas (COURA; SOARES, 2011, p.29).

A maior parte da população que não teve acesso à escolarização é oriunda de regiões afastadas das capitais, com dificuldades de acesso as escolas, e pessoas de baixa renda que tiveram que abandonar ou nunca frequentar a escola para ter que trabalhar e subsidiar suas famílias e necessidades.

Esses/as alunos/as que não tiveram oportunidade de frequentar a escola na “idade certa”, sempre trazem em seus discursos a marginalização que sofrem pela sociedade, ou seja, a exclusão e os estereótipos. Assim, o processo de escolarização desenvolvido com qualidade para todos e todas é um meio de mudar essa realidade de preconceito e discriminação por não saber ler e escrever; discriminação e preconceitos esses que são gerados pelo próprio ambiente familiar até no trabalho desses/as educandos/as.

Desde modo, os educandos acreditam que retornando ao seu processo de escolarização é um meio para alcançar melhores condições de trabalho além de ampliar seus conhecimentos. Muitos jovens e adultos que não se alfabetizaram na infância ingressem em uma turma da Educação de Jovens e Adultos oferecida pelas escolas com o objetivo de superarem a condição de analfabetos/as. Ser alfabetizados nestas fases da vida depende de muita motivação e força de vontade, a alfabetização de jovens e adultos ocorre de maneira intencional e consciente, segundo Pinto (2007):

Os conceitos de “necessitar saber” vêm da origem do interior do ser, considerado em sua plena realidade, enquanto o de “saber” e “não saber” (como fatos empíricos) coloca-se na superfície do ser humano, é um acidente social, além de ser impossível

definir com rigor absoluto os limites entre o “saber e o não saber” (daí que não há uma fronteira exata entre o alfabetizado e o analfabeto). Porque o “necessitar” é uma coisa que ou é satisfeita (se é exigência interior) ou, se não é, não permite ao indivíduo subsistir como tal entre (por exemplo: as necessidades biológicas). O “necessitar” ao qual se referem à leitura e a escrita é de caráter social (uma vez que tem por fundamento o trabalho) (PINTO, 2007, p. 92).

Assim sendo, é válido ressaltar que o direito a Educação de Jovens e Adultos é assegurado por Lei e as instituições de ensino devem realizá-la de maneira que atenda tal público sem ignorar suas limitações e especificidades.

3.3.1 Perfis dos alunos da Educação de Jovens e Adultos participantes da pesquisa

Os perfis dos/as alunos/as da Educação de Jovens e Adultos da rede pública são na sua maioria trabalhadores/as proletariados/as, desempregados/as, dona de casa, jovens, idosos/as, ou seja, são educandos/as com suas diferenças culturais, etnia, religião, geracionais, crenças e outras.

O aspecto do/a aluno/a trabalhador/a que chega às vezes tarde na escola, cansado/a e com sono e querem sair mais cedo, isso quando eles/as vêm para a aula. Para o/a aluno/a da Educação de Jovens e Adultos o trabalho é mais importante, pois, é uma necessidade para o que precisam, há uma questão difícil de resolver, ou em combinar escola e trabalho. Daí, Pinto (2007) menciona:

Essa combinação também é problema do ponto de vista do docente, da grade curricular, da própria gestão da escola, causando desconforto para esses jovens e adultos que estudam no horário da noite. O não reconhecimento da heterogeneidade no aluno da EJA contribui para aprofundar as desigualdades educacionais ao invés de combatê-las (PINTO, 2007, p. 56).

Os/as alunos/as jovens às vezes, ultrapassa a idade estabelecida para estudar diurno, Nas suas trajetórias escolares interrompidas com sucessivas reprovações e que este não parece fazer muita questão de "passar de ano" (alguns/as alunos/as). Eles/as já foram negados da escola básica, muitos deles/as são repetentes desde a Educação Infantil, e são levados a estudar a noite. Alguns se sentem fracassados por ter sua caminhada na escola permeada pela evasão e reprovação com tanta frequência. Não há como deixar de pontuar a questão da exclusão social da juventude considerada de baixa renda e limitada, pois “fica evidente que a escola vive uma crise, o que é mais preocupante é ver que essa crise torne habitual, um descaso social, mas não é impossível de encontrar algumas alternativas e colocar em prática” (PINTO, 2007, p.48).

É preciso buscar a reflexão sobre o papel da escola, do/a professor/a, dos/as educando/a de frente as suas práticas o qual a finalidade real que este pretende atingir, posto que o/a professor/a precise antes de qualquer coisa entender sua tarefa social dentro da sala de aula. É preciso pensar uma postura e organização do trabalho pedagógico comprometido de fato com as transformações sociais, que a escola assuma seu papel, e necessário conhecer as realidades desses/as alunos/as e acima de tudo rever a prática Curricular.

Como dito anteriormente, de acordo com a LDBEN 9394/96 ficou permitido o ingresso dos alunos a partir dos 15 anos na Educação de Jovens e Adultos. Quando o/a educando/a busca a escola, ele/a vem com desejos, expectativas, dúvidas e medos, além da Educação de Jovens e Adultos possuir um perfil de alunos/as bastante diversificada. Aqui são oportunas as palavras de Coura e Soares (2011):

[...] os sujeitos da EJA se diferem quanto a religião, etnia, gênero e especialmente no que tange a faixa etária. Percebemos em salas de aulas e EJA pessoas, adultas e idosas. No entanto, identificar a diversidade na EJA é apenas uma das etapas para se compreender com mais profundidade as especificidades dessa modalidade educacional (COURA; SOARES, 2011, p. 27).

Porém, quando observamos aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que são correspondentes aos ciclos I e II, encontramos o público de pessoas Jovens e Adultas, dificilmente há educando/a adolescente nestes ciclos. Com as mudanças que ocorreram na sociedade ficou mais fácil frequentar a escola no período certo. Toda via encontramos raras exceções que por diversos motivos como reprovação, abandono escolar, por exemplo, não permitiram que esses/as alunos/as seguissem na vida escolar na “idade certa”.

Vale relembrar que a pesquisa ocorreu na Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA José Roberto com uma turma do Ciclo I e II, com 19 alunos sendo 13 mulheres e 6 homens. Esta turma é exclusivamente de adultos e idosos que em sua maioria são oriundos dos interiores e de famílias de classe baixa que para sustentar-se utilizam dos cultivos da agricultura. Há também educandos/as que são oriundos da Usina de cana de açúcar São João que por muitas décadas foi à fonte de renda de vários/as trabalhadores/as no município de Santa Rita. Sobre isso um aluno participante da pesquisa mencionou:

Meu pai trabalhavam na usina desde de eu pequeno e quando fui ficando rapaz também comecei a trabalhar lá sabe como é tinham muitos irmãos e tinham que trabalhar pra pelo menos ter o cuscuz na mesa. (Aluno João, 51 anos).

De acordo com o depoimento do Aluno José, mais três educandos também vieram dessa rotina que desde cedo trabalhavam na usina e pela jornada de trabalho não tinham tempo para

estudar além que não tinham escola na região. Outro educando deixou bem claro que não estudou na idade certa por falta de interesse como o Aluno José de 54 anos relatou:

Quando tava na usina dirigia o trator nunca precisei de saber ler e escrever para fazer meu serviço (Aluno José , 54 anos).

Assim, mesmo dificilmente encontrarmos jovens nos ciclos I e II que é correspondente a alfabetização e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas salas de aula onde ocorreu a pesquisa, a faixa etária varia entre 21 a 61 anos, com certas exceções como o aluno Carlos de 21 anos, o mesmo é o mais novo da turma do ciclo II que corresponde ao 4º e 5º ano, que possui 28 alunos matriculados com apenas 12 frequentando.

Na turma do ciclo I tem matriculado 19 alunos/as, frequentando 7 alunos/as sendo sua maioria mulheres, donas de casa, entre 36 e 61 anos. Desta turma apenas dona Maria de 61 anos nunca tinha entrado em contato com a escola. Ela disse:

Sou do interior de Sousa e sabe filha, que antigamente tinha isso não de estudar, desde os meus 6 anos ia pra roça ajudar minha mãe, só descobrir que é muito importante o estudo depois que vim pra cá que não sabia nem pegar um ônibus, e ainda não sei por enquanto né professora (Aluna Dona Maria 61 anos).

Os/as demais alunos/as já tiveram algum contato com a escola, outros/as que mesmo sem ter ido à escola conheciam os números e conseguiam fazer pequenas operações além de desenhar o nome. Quando perguntados aos/as participantes da roda de conversa o motivo de ter voltado à vida escolar, muitos trazem em sua fala que buscavam a escola para “ser alguém” tentar achar lugar na sociedade que exclui esses indivíduos, por não saber ler e escrever. Sobre isso os/as participantes da pesquisa mencionaram:

Toda vez, só lembro da cara da muier do cartório que tive que resolver umas papeladas lá, ai na hora de assinar ela jogou a caneta em cima dos papéis assim, e ficou olhando pra minha cara e eu também não sou peça boa fiquei olhando pra ela até ela perguntar se eu não ia assinar e eu pedi uma almofada pra colocar o dedão, professora digo uma coisa a senhora essa foi uma das maiores humilhações que sofri (Aluno João 51 anos).

No meu caso professora resolvi vim pra escola por que quero saber pegar um ônibus sozinha que quando você pergunta que ônibus é o povo mal responde já com a cara feia, saber ler uma receita, uma conta de luz, um negócio do banco né, por que é triste demais depender dos soutros (Aluna Joana 58 anos).

Podemos perceber que a condição do analfabeto no Brasil gera infelizmente preconceito por achar que aquele indivíduo não frequentou a vida escolar por que não quis, pois na realidade é uma série de fatores que fez esse/a adulto/a não ser alfabetizado.

O analfabetismo representa a negação de direitos fundamentais como a falta de moradia, de alimentação de emprego, de transporte, de saúde e de escola. Porém, de acordo com Valino (2006) o analfabetismo pode ser compreendido sob múltiplos aspectos: enquanto verbete de dicionário (Ferreira, 1999, p. 130) é apontado como falta absoluta de instrução, e analfabeta é a pessoa que não sabe ler e escrever. O documento do Ministério da Educação (2003) aponta o analfabetismo como falta de escolaridade e apresenta o analfabetismo funcional como resultado de uma pequena escolarização que, longe de possibilitar autonomia no uso da língua escrita, provocaria a volta do sujeito a uma situação de analfabetismo.

De acordo com Valino (2006):

É insuficiente olhar o analfabetismo pelo prisma do não saber ler e escrever, pois ele pode ser visto, também, como uma realidade sociológica sendo um dos principais indicadores de subdesenvolvimento ao lado de outros como alto índice de mortalidade infantil; baixa renda *per capita*; reduzida expectativa de vida; ocupações de baixa ou nenhuma qualificação; rendimento insuficiente para garantir as necessidades de nutrição, moradia, transporte, vestuário; insuficiência, quantitativa e qualitativa de serviços educacionais, que se fundem ao analfabetismo, configurando toda uma situação de vida e não apenas desconhecimento da leitura e da escrita (HIRSCHBERG & PRUKS, 1990: 25). Conforme o Mapa do Analfabetismo no Brasil (ME, 2003), “a taxa de analfabetismo nos domicílios, cujo rendimento é superior a dez salários mínimos é de apenas 1,4%, naqueles cujo rendimento é inferior a um salário mínimo é de quase 29%” (VALINO, 2006, p.03).

Neste sentido, Valino (2006) corrobora com Pinto (1991) quando menciona que uma oportuna definição de analfabeto: não é simplesmente aquele que não sabe ler e “(...) sim aquele que, por suas condições concretas de existência, não necessita ler (...). O adulto se torna analfabeto porque as condições materiais de sua existência lhe permitem sobreviver dessa forma com um mínimo de conhecimentos, o mínimo aprendido pela aprendizagem oral, que se identifica com a própria convivência social” (92; 102). A pessoa se torna analfabeta por um processo de exclusão social. O analfabetismo é o resultado de uma realidade absolutamente injusta.

Também há alunos que para sentirem-se inseridos na sociedade buscam a escola para apenas para adquirir conhecimento, mas também para ter um convívio social com outras pessoas. Algumas falas colhidas na roda de conversa ilustram essa afirmação:

Ah! Eu gosto de vim pra cá para conversar um pouco né que ninguém é de ferro, depois de veia os filhos criados vivo sozinha 24h dentro de casa, aqui na escola pelo menos converso, tenho contato com o povo né. (Aluna Joana 58 anos).

Eu resolvi estudar por que acho que nunca é tarde pra aprender, além disso, saio de casa descanso a mente, converso um pouco, é isso. (Aluno Joaquim 61 anos).

Vim pra escola pra aprender ler e escrever além que aqui tenho com quem conversar um pouco, trago meus panos de prato pra vender, meus crochês, sabe até bate uma tristeza no final de semana por que não venho pra cá colocar as fofocas em dia (risos). (Aluna Lúcia, 60 anos).

Quando perguntamos sobre as mudanças ocorridas desde que ingressaram na Educação de Jovens e Adultos, os/as participantes da roda de conversa do Ciclo I, grande parte responderam que melhorou sua vida social, com novos/as amigos/as, tendo espaço para expor suas opiniões, por se tratar de uma turma de adultos e idosos. Aqui são oportunas as palavras de Coura e Soares (2011):

Essas pessoas chegaram à vida adulta, e o desejo pela escolarização permanecia latente, mas os desafios para concretizá-los também se faziam presentes. Casaram-se, tiveram filhos e era o momento de garantir o sustento e a estrutura familiar. Mais uma vez, ainda não era o momento, de estudar, diante de outras prioridades (COURA; SOARES, 2011, p. 37).

Também questionamos sobre o processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Eles/as mencionaram que estavam se sentindo incluído/a na sociedade. Outros/as ressaltaram que melhorou a autoestima, aprendendo a ler e escrever, podendo ler o nome do ônibus, ou fazer pequenas leituras e até mesmo auxiliar os netos/as nas atividades de casa, pois, algo que não conseguia fazer com os/as filhos/as por não conseguir ler. Sobre essa aprendizagem eles/as salientaram o seguinte:

Desde que voltei a estudar não consigo ler aqueles textos mais já consigo ler um nome do ônibus sabe, quando o patrão deixa a lista de material de construção já consigo ler por que toda vez eu só entrega à lista lá no depósito e isso era humilhante sabe, até a tarefa do meu netinho ele chegou da escola todo empolgado e consegui ajudar, isso é gratificante saber que não sou burro né professora. (Aluna Joana 58 anos).

Foi bom eu começar a estudar percebi que tô mais desenvolvida a mente, só preciso de ajuda pra ler quando é muito grande por que leio, mas não consigo entender, mas tô bem, mas desenvolvida. (Aluna Alice, 59 anos).

Ao voltar à vida escolar o/a aluno/a adulto/a vem em grande parte com o desejo de aprender e construir conhecimentos e a cada aprendizagem é uma conquista, ou seja, “O aluno adulto utiliza sua maturidade na hora de aprender e demonstra mais interesse pelo conhecimento porque quer recuperar um tempo perdido. Busca o saber a partir do seu espaço cultural. Um desses espaços é a sala de aula” (SILVA, 2008, p. 29).

Ao perguntarmos se houve alguma mudança negativa por ter começado ou voltado para a Educação de Jovens e Adultos, a maioria respondeu que de negativo não houve nada, porém um aluno que ressaltou o que teve de negativo para si. Ele mencionou:

De negativo acho que só os sustos que levo (pesquisadora: Que sustos?). Aqui tá muito perigoso, muito assalto, eu moro no Heitel e venho e vou a pé pra casa sozinha, aí uma vez um cara já correu atrás de mim, passei quase um mês sem vim pra cá, mas depois pensei, pensei [...] e resolvi voltar por que se eu ficar em casa trancada sem fazer nada é pior, vou terminar esquecendo o pouco que aprendi né. (Aluna Raquel 39 anos).

Fátima (1997) em seu discurso nos remete a reflexão de Camargo; Martinelli (1996, p. 200) ao analisar as expectativas sócio educacionais de jovens e adultos concluiu que:

[...] os alfabetizandos buscam a superação das dificuldades diárias por meio da escolarização e procuram um curso de alfabetização para atender às exigências sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade (FATIMA, 1997, p.124 Apud CAMARGO; MARTINELLI, 1996, p. 200).

Neste sentido, quando eles/as afirmam que, depois que passaram a frequentar a escola novamente suas vidas melhoraram, “pois aprenderam a ler e escrever, eles se comunicam melhor, aumentaram sua autoestima, resolveram com mais facilidade os problemas do cotidiano, melhoraram o desempenho profissional e a visão da vida e do mundo” (FATIMA, 1997, p.124 *apud* CAMARGO; MARTINELLI, 1996 p. 200).

Quando questionados/as sobre se alguma situação específica despertou a vontade de frequentar a escola, a maioria respondeu que foi vontade de se sentir novamente incluído na sociedade, ou conquistar novamente sua independência. Nesse sentido, eles/as salientaram:

Resolvi vim por que cansei de ficar toda vez perguntando as coisas ao povo, os ônibus daqui eu sei o número, mas quando eu tenho que ir pra algum lugar aí tenho que ficar perguntando o nome do ônibus, aí tem gente que responde abusado aí já me estresso logo da vontade de mandar se danar[...]. (Aluno João 51 anos).

Ah! sei lá (risos), vim pra aprender ler, é bom que quando o pastor tá lendo um trecho da bíblia pra eu acompanhar. (Aluna Letícia 59 anos).

Por que nunca na minha vida não gostei de depender dos outros, e antes não tive oportunidade de estudar quando criança e quando adulta tive que trabalhar e cuidar dos filhos, mais hoje que já cresceram e são tudo preguiçosos a pessoa pede ajudar pra ler um negócio já é todo ignorante aí quer saber, vim me bora pra escola pra não depender mas daqueles pestes. (Aluna Lúcia 60 anos).

Com base nos depoimentos dos/as participante da roda de conversa, notamos que a autoestima é um grande fator para o educando voltar para a sala de aula,

[...] principiar-se-á acerca da autoestima desses alunos por uma fala muito pertinente do Rogers (1977), que diz que para o aluno aprender são necessárias três condições fundamentais: a empatia que irá permitir ao professor depreender o envolvimento do educando e assim fazer com que ele se perceba entendido; a aceitação incondicional do educando, que fará com que o mesmo se sinta aceito sem julgamentos; e por fim

ser autêntico, possibilitando ao educando a percepção de ser aceito como é. (SILVA; ANDRADE, 2010, p.08).

Segundo Prandini (2004) o contexto que o/a educando/a está inserido em processo de aprendizagem possui relação com a sua autoestima ligando diretamente o que sente em relação aquilo que lhe está sendo ensinado. Daí a necessidade de trabalhar a sua autoestima possibilitando a ele/a não somente adquirir o conhecimento, mas entender, ter orgulho de tê-lo adquirido e estar pronto para continuar na busca desse aprendizado.

Porém, entre os/as participantes da roda de conversa, um dos alunos mencionou que o motivo que o fez despertar o desejo de ingressar na vida escolar foi por ter sido enganado por não saber ler e nem escrever. Ele relatou o ocorrido:

[...] trabalhei 23 anos na mesma empresa e fui demitido por causa dessa crise que fala que tem né, aí o filho do dono que trabalha me deu uns papéis pra assinar aí eu sem saber ler né, [...] esses papéis dizia que eu que pedi demissão, sendo que tinham sido eles que tinham me colocado pra fora. (Aluno João 58 anos).

Percebemos nesse relato a necessidade do esclarecimento por meio da leitura e escrita diante das situações que envolvem o cotidiano desses/as estudantes da Educação de Jovens e Adultos. A princípio, a procura pela escola está relacionada à realização de uma vontade antiga de aprender os conteúdos escolares. Saber ler e escrever e conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática é uma condição frequentemente associada a ter uma vida melhor. Segundo Camilo (2013) em seu artigo publicado na Revista Nova Escola, ele menciona que a influência da escolaridade de filhos e netos é outro fator que impulsiona os mais velhos a voltar a estudar. Camilo (2013) destaca:

É comum o desejo de auxiliar na lição de casa das crianças ou participar mais ativamente da Educação delas. A busca por independência é outra razão. Não precisar mais de vizinhos ou familiares para ler documentos ou identificar as informações em rótulos dos produtos, entre outras atividades em que a leitura é necessária, é comumente citado. Com o tempo, as expectativas se ampliam. As justificativas para continuar são várias e estão ligadas, sobretudo, às conquistas relacionadas à escola. Sentir-se mais seguro para comentar os acontecimentos atuais, ver beleza na letra de uma música, fazer amigos e se sentir parte de um grupo social são exemplos. Conforme o estudante vai aprendendo e descobrindo coisas novas, percebe que pode conhecer ainda mais. Estudar para esse grupo significa, principalmente, a chance de alargar horizontes (CAMILO, 2013, p.123).

Durante a realização da roda de conversa quando ressaltado aos/as participantes se algum/a parente ou amigo/a lhe incentivou a vida escolar, nenhum/a dos/as participantes afirmou que alguém lhe incentivou especificamente. Em sua maioria os/as participantes da roda de conversa relataram que retornou a vida escola por conta própria, pelo desejo de se

sentir inserido/a novamente na sociedade como mencionado em alguns dos relatos anteriores citados.

Assim sendo, ficou clara a baixa estima desses/as educandos/as por se sentir excluídos/as da sociedade por não saber ler e escrever, ou seja, se sentirem “nulos” de conhecimentos que a sociedade exige de leitura e escrita. Assim, cansados por este sentimento, ou mesmo pela discriminação sofrida, ou até as oportunidades de melhorias que perdiam por não ser alfabetizados/as fizeram com que esses/as educandos/as buscassem novamente a vida escolar para mudar sua realidade e mostrar para sociedade que lhe excluiu que eles/as são capazes de aprender, de se tornar um ser humano crítico e engajado socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: uma pausa para continuar...

A pesquisa demonstra que quando um educando busca a Educação de Jovens e Adultos, ele/a está tentando recuperar/conquistar o que foi perdido por ser analfabeto/a, ou por algum outro motivo que fez despertar a vontade de participar da vida escolar, assim ele/a busca a Educação de Jovens e Adultos tentando “sanar” essa “dívida” que muitas vezes esta pessoa sente, principalmente quando a sociedade o “exclui”. Desde modo, ao ingressar ou reingressar na EJA ele/a começa a ver os resultados sendo eles/as positivos ou negativos, e principalmente as contribuições no seu cotidiano.

No decorrer da pesquisa pudemos constatar as contribuições na vida desses/as educandos/as ao ingressar ou reingressar na vida escolar. Além do fato desses indivíduos sentirem-se inseridos/as, acolhidos/as pela sociedade por saber ler e escrever, também há o fator de poderem socializar-se, principalmente os/as estudantes mais idosos/as, que afirmaram que se sentia sozinhos/as, sem um círculo de amizades e com o reingresso à vida escolar conseguiram criar um vínculo de amizade melhorando a autoestima e até o processo aprendizagem.

Desde modo, foi possível constatar como esses/as educandos da Educação de Jovens e Adultos utilizam em seu cotidiano os conhecimentos adquiridos, que para muitos é algo fútil, bobagem. Para eles/as conseguir ler o nome de um ônibus é uma grande conquista. Além que o perfil desses/as educandos/as é de pessoas de classe popular, onde desde muito cedo tiveram que trabalhar e por conta disso abandonaram a vida escolar. Na pesquisa fico claro que ao ingressar/retornar a vida escolar eles vem com “sede” de conhecimento, tentando conquistar o que lhe foi “negado” a escolarização.

Também ficou notável ao realizar a pesquisa que as principais dificuldades em seu cotidiano por não serem alfabetizados que os/as participantes da pesquisa apresentaram foram se sentirem “excluídos” da sociedade, onde precisavam de ajuda para ler um nome de um ônibus e alguém negar a ajudá-lo/a, ou não conseguir ler uma lista do trabalho ou não saber do que se trata um documento, todas estas dificuldades foram relatadas diversas vezes pelos educandos durante a pesquisa.

Para conseguirmos estes resultados foi de suma importância a escolha certa da metodologia, onde possibilitou a atuação correta para a coleta de dados e seu processamento, que foi o estudo de caso de cunho qualitativo, onde foi trabalhado a observação e a análise documental, trazendo a contextualização do município que está situado a instituição de ensino

até as dificuldades dos alunos em seu cotidiano na escola, interferindo diretamente na pesquisa, como a evasão dos educandos no período que ocorreu a pesquisa.

Quando analisamos como os/as estudantes da Educação de Jovens e Adultos utilizam no seu cotidiano os conhecimentos adquiridos no processo de escolarização pudemos constatar que com os conhecimentos adquiridos na vida escolar realmente é de grande valia para os/as educandos/as, principalmente na autoestima dos/as participantes da pesquisa, como por exemplo: conseguir ler o nome de ônibus, conseguir ler uma lista de materiais, escrever lista de compras e outras atividades do dia a dia.

Ressaltamos que para os/as alunos/as da Educação de Jovens e Adultos, não basta apenas aprender a ler e escrever, mas sim desenvolver o senso crítico, o pensar e principalmente trabalhar a autoestima desses/as educandos/as que por vários anos vem sendo deixada à margem da sociedade por não serem alfabetizados/as. Identificamos o perfil dos/as educandos/as da Educação de Jovens e Adultos do Ciclo I sendo em sua maioria idosos, e do sexo feminino.

A partir desta perspectiva notamos como é importante o convívio social dos/as estudantes da Educação de Jovens e Adultos, pois atinge diretamente na autoestima e consequentemente influencia no processo de aprendizagem. Já os/as alunos/as do Ciclo II são adultos que buscam a vida escolar para aprender a ler e escrever e, por conseguinte se sentir inseridos/as na sociedade.

Vale deixar registrado que desde o momento em que pedi permissão para realizar a pesquisa na escola a diretora foi muito solícita, informando ao secretário que poderia permitir meu acesso a documentação da escola mesma sendo ela escassa como comentado no decorrer desde trabalho. Vale ressaltar que durante a pesquisa só houve contato com a direção duas vezes, a primeira onde ela apresentou a escola e permitiu ocorrer a pesquisa e a segunda quando a mesma forneceu o regimento municipal que a escola segue onde o mesmo estavam trancado onde apenas ela tinham acesso.

Não poderíamos deixar de mencionar também as dificuldades apresentadas pelos/as educandos/as da Educação de Jovens e Adultos em seu cotidiano por conta da não aprendizagem no seu processo de escolarização. Os/as participantes ressaltaram a “exclusão” que eles/as sentiram pela sociedade por não saber ler e escrever. Sentiam o preconceito por ser analfabeto/a, além do descaso de algumas pessoas para com eles/as, por muitas vezes depender dessas pessoas para resolver questões simples, como saber o nome do ônibus até questões mais sérias.

Desse modo, podemos ressaltar que esse estudo trouxe grande relevância para minha vida pessoal e profissional e, sobretudo como pesquisadora, pois proporcionou de fato a relação entre teoria e prática. Possibilitou ainda a compreensão sobre as necessidades do público quando busca a Educação de Jovens e Adultos com seus anseios e desejos.

As dificuldades encontradas no decorrer desse trabalho foram motivar esses/as educandos/as a continuar frequentar a escola naquele momento que ocorreu a pesquisa, pois estava ocorrendo problemas com pagamento dos/as professores/as, ocorrendo diversas paralisações e tudo isso contribuindo para esses/as educandos/as desistirem de estudar.

Vale ressaltarmos que este estudo não se encerra aqui, pois os resultados alcançados não revelam a verdade absoluta, visto que essa pesquisa contempla apenas a realidade do contexto estudado, sendo possível que os resultados aqui obtidos sejam diferentes, quando analisados em outros contextos, ou com interlocutores/as diferentes.

Assim, esperamos que essa pesquisa sirva como instrumento de reflexão, das contribuições para a Educação de Jovens e Adultos, pois apresenta ponderações a partir das visões deles/as, no que diz respeito às contribuições do processo de escolarização e os seus usos no cotidiano desses/as educandos/as.

Referências

ALMEIDA, Maria E.B. Prática pedagógica e formação de professores com projetos: articulação entre conhecimentos, tecnologia e mídias. **Boletim do Salto para o futuro**. Série Tecnologia, currículo e projetos. Brasília: Secretaria de Educação a distância. Ministério da Educação, 2005.

AMORIM, G.C.; CAPELLINI, V.L.M.F.; ARAUJO, R.C.T. **O atendimento educacional especializado**: revisão bibliográfica em base nacional. 2013.

ANDRADE, Alcilene Lopes de Amorim. AUTOESTIMA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. 2010. Disponível em <http://www.unipacto.com.br/revista2/arquivos_pdf_revista/revista2015/10.pdf>. Acesso em 26 out 2016

BOGDAN, R. C., BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. Parecer CNE nº 11/2000 CEB. **Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**, Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001.

_____. Congresso Nacional. Constituição Federal de 1988.

CAMARGO, Poliana da Silva Almeida Santos; MARTINELLI, Selma de Cássia. Educação de adultos: percepções sobre o processo ensino-aprendizagem. 1996. São Paulo. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572006000200004>. Acesso em 14 ago 2016.

CELLARD, André. A análise documental. São Paulo, Ed. Cortez, 2008.

CONFITEA VI. **Vivir y aprender para um futuro viable**: el poder Del aprendizaje de los adultos. **Sexta Conferencia Internacional de Educación de Adultos**. Belém, Brasil, 1 - 4 de diciembre de 2009.

CORREA, B. C. Experiências de estágio em um curso de Pedagogia: vivências e desafios em busca de uma formação de qualidade. In: II Congresso Internacional CIDInE. Aveiro, Portugal. Anais. Novos contextos de formação, pesquisa e mediação, 2009.

COURA, A. H. SOARES, L.J.G. Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos: articular, socializar e intervir. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 9, n. 54, p. 15-21, 2011.

CUNHA, Conceição Maria da. Introdução ? discutindo conceitos básicos. In: SEED-MEC Salto para o futuro ? Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

DECLARAÇÃO DE HAMBURGO SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFINTEA), Julho 1997.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS (I) e PLANO DE AÇÃO PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM (II). Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990.

EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. **O Currículo na Educação de Jovens e Adultos:** entre o formal e o cotidiano numa escola municipal em Belo Horizonte. Belo Horizonte: PUC/MG, 2004 (Dissertação de Mestrado em Educação).

EITERER; REIS, **Educação de jovens e adultos: entre regulação e emancipação. IN: Educação e seus atores:** experiências, sentidos e identidades, Belo Horizonte; Autêntica editora, 2009.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler : em três artigos que se completam. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2001.87p. (Coleção Questões da Nossa Época, 13).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 32. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GUIDELLI, R. C. **A prática do professor do ensino básico de jovens e adultos:** desacertos, tentativas, acertos. 1996. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, SP. In: Sheila Cristina Furtado Sales. Educação de Jovens e Adultos no Interior da Bahia. São Carlos: UFSCar/SP, 2008. (Tese de Doutorado em Educação)

LOPES, Eliana Marta. 500 anos de educação no Brasil. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. Editora Pedagógica e Universitária LTDA.

MELO, Marcia Cristina Henares. CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no Ensino Médio. Ano, 2014. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/22222>> Acessado em 17 out 2016.

MACHADO, Maria Margarida. A TRAJETÓRIA DA EJA NA DÉCADA DE 90 – POLÍTICAS PÚBLICAS SENDO SUBSTITUÍDAS POR “SOLIDARIEDADE. 2006. Disponível em: < http://forumeja.org.br/gt18/files/MACHADO.pdf_2_0.pdf>. Acesso em 16 set 2016.

MENEZES, Ebenezzer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acesso em: 24 de abr. 2016.

NASCIMENTO, Maria Anezilany Gomes do. SILVA, Cícero Nilton Moreira da. RODAS DE CONVERSA E OFICINAS TEMÁTICAS: EXPERIÊNCIAS METODOLÓGICAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA. ANO, 2009. Disponível em < [http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/Poster/P%20\(36\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/Poster/P%20(36).pdf)> Acesso em 16 out 2016.

Oliveira, Emanuelle. Estudo de caso. São Paulo. 2006. Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociedade/estudo-de-caso/>. Acessado em 13 out 2016.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 2003.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PINTO, J.M.R. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 108-135, set. 2007.

REVISTA NOVA ESCOLA. Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010. Ano de publicação, 2010 < <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/legislacao/pne-plano-nacional-de-educacao-537431.shtml> > Acesso em 18 de set. de 2016.

SALES, Sheila Cristina Furtado. **Educação de Jovens e Adultos no Interior da Bahia**. São Carlos: UFSCar/SP, 2008. (Tese de Doutorado em Educação).

SAMPAIO, J. ; SANTOS G. C.; AGOSTINI, M. ; SALVADOR, A. S. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. Botucatu: Interface, 2014. p.1299-1312.

Santa Rita (PB). Prefeitura, 2014. Disponível em: < <http://www.santarita.pb.gov.br/>>. Acesso em 13 jul 2016.

SAWAIA, Bader. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão**. In: As artimanhas da exclusão. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOARES, Leôncio José Gomes. **O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil**: articular, socializar e intervir. In: RAAAB, alfabetização e Cidadania políticas Públicas e EJA. Revista de EJA, n.17, maio de 2004.

SOUZA, Jacqueline; KANTORSKI, Luciane Prado; LUIS, Margarita Antonia Villar. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. *Revista Bahiana DE Enfermagem*, Salvador, v. 25, n 2, p. 221-228, maio/ago. 2011.

TEIXEIRA, E. As três metodologias: academia, da ciência e da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. - Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987. 175p.

VALINO, Maria de Lurdes. **JOVENS E ADULTOS EM PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: RESGATE “DO NÃO DO ANALFABETISMO**. 2006. Disponível em: < <http://principo.org/do-no-do-analfabetismo.html>>. Acesso em 18 set 2016.

VEIGA, Ilma P. A. Inovações e Projeto-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória Caderno Cedes, v. 23, nº 61, Campinas, Dez, 2003.

VIEIRA, S. O. **Política Educacional em tempos de transição: 1985-1995. 1998**. Tese (Livre Docência) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. In: Sheila Cristina Furtado Sales. **Educação de Jovens e Adultos no Interior da Bahia**. São Carlos: UFSCar/SP, 2008. (Tese de Doutorado em Educação) Vitória da Conquista. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos**. SMED, 2007.

YIN, Roberto K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi Corrêa. A Educação de Jovens e Adultos promovida pelo MOBREAL e a Fundação Educar no Espírito Santo, de 1970 a 1990: uma análise dos caminhos percorridos entre o legal e o real. Vitória, 2000.

APENDICE A

Roteiro da roda de conversa

Questões levantadas

- 1) Qual o motivo de você não conseguiu terminar os estudos na idade certa?
- 2) Por que você resolveu voltar a frequentar a escola?
- 3) Quais as mudanças em sua vida pessoal e profissional que você percebeu depois que ingressou na EJA?
- 4) O que você espera ao retornar os estudos?
- 5) Desde que você voltou a frequentar a escola quais foram as mudanças ocorridas positivas e negativas?
- 6) Aconteceu alguma situação específica que despertou a vontade de voltar à vida escola? E sim qual foi?
- 7) Algum parente ou amigo lhe apoia na sua volta a escola? Justifique
- 8) Quais são suas maiores dificuldades em sala de aula?
- 9) Quais sugestões que você daria que ajudaria no seu aprendizado em sala de aula?
- 10) Você pretende continuar os estudos até o Ensino Médio ou até mesmo o Ensino superior?

APENDICE B
Roteiro da observação

- Quantos alunos matriculados e quantos que realmente frequenta;
- A pontualidade dos alunos;
- A pontualidade da professora;
- A coerência da professora com o plano de curso (caso exista);
- A participação ativa ou não dos alunos nas aulas;
- Se a professora dá espaço para os alunos em sala de aula;
- A autoestima da turma e como é trabalhado pela professora;
- A dinâmica da professora em aula;
- O cotidiano dos alunos como se algum aluno leva filhos ou netos para sala de aula;
- Se há aluno que vem direto do trabalho para a escola ou não;
- Se os alunos já consegue codificar e decodificar;
- As dificuldades de aprendizagem em aula;
- A estrutura da sala de aula se interfere no momento da aula;
- As expectativas dos alunos em relação às aulas
- Se a escola tem suporte para atender o público da EJA (infraestrutura, merenda, material escolar e outros).

APENDICE C

Roteiro da Análise documental –

Documentos a serem analisados:

- PPP da escola;
- Planos de atividades do coordenador pedagógico;
- Projetos desenvolvidos da escola;
- Regimento escolar

Observação:

Analisar se nos documentos citados aparece e também como é mencionada a Educação de Jovens e Adultos.

APENDICE D
TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Responsável pelo projeto: Cristina Valentim Lira

Estudante da UFPB-Campus I

Graduanda em Pedagogia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Eu, _____, abaixo assinado, declaro ter sido informado(a), de forma clara e objetiva, que a pesquisa “As contribuições do processo de escolarização na visão dos estudantes da educação de jovens e adultos: reflexões a partir do seu cotidiano” tem como objetivo geral: Compreender quais as contribuições que o processo de escolarização de estudantes da Educação de jovens e adultos tem fornecido para a sua vivência no seu cotidiano. Também tenho conhecimento dos seus objetivos específicos: Analisar como os estudantes da Educação de Jovens e adultos utilizam no seu cotidiano os conhecimentos adquiridos no processo de escolarização; Identificar e analisar qual o perfil dos estudantes da educação de jovens e adultos e o que eles esperam da escola e dos conhecimentos trabalhados por ela; Identificar e analisar quais as principais dificuldades apresentadas por estudantes da Educação de Jovens e Adultos no seu cotidiano devido a não aprendizagem no seu processo de escolarização. Sei que nesta pesquisa será realizada entrevista semiestruturada. Estou ciente que não é obrigatória a minha participação nesta pesquisa, caso me sinta constrangido antes e durante a realização da mesma. Sei que os materiais utilizados para a coleta de informações serão destruídos após o registro dos dados. Sei que o pesquisador manterá em caráter confidencial todas as respostas que comprometam a minha privacidade. Receberei informações atualizadas durante o estudo, ainda que isto possa afetar a minha vontade em continuar dele participando. Estas informações poderão ser obtidas com Cristina Lira, através do e-mail: Cristina.lira1@gmail.com. Foi-me esclarecido que o resultado da pesquisa somente será divulgado para atender a objetivos científicos-acadêmicos, mantendo-se a minha identidade em sigilo. E por estar de pleno acordo com os termos ajustados e mencionados neste termo, assinamos o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

João Pessoa-PB, ____ de _____ de _____.

Interlocutor da pesquisa

Cristina Lira
Responsável pela pesquisa

BREVE CURRÍCULO DA AUTORA

Cristina Valentim Lira

Concluiu o Ensino Médio em 2010 pela Escola Estadual Luís Azevedo Soares; foi bolsista no Projeto de pesquisa 2014, 2015 e 2016 Acompanhamento e avaliação do programa institucional das licenciaturas-PROLICEN; Projeto de Extensão 2015 intitulado: De mãos dadas pela vida: pela uma pedagogia inclusiva na Casa da Criança com Câncer na Paraíba- NACC.

Premiação

Prêmio de Iniciação à Docência – 2014, com o trabalho: Acompanhamento e avaliação do programa institucional das licenciaturas – PROLICEN.

Apresentação de artigos publicados

- ☐ I Encontro Regional de Filosofia da Educação, com o trabalho: A patrística pré-agostiana.
- ☐ I CREPEAFE – Colóquio regional de ensino, pesquisa e extensão na área de fundamentos da educação, com o trabalho: PROLICEN 2015: Um olhar além dos projetos.
- ☐ I CREPEAFE – Colóquio regional de ensino, pesquisa e extensão na área de fundamentos da educação, com o trabalho: Por uma pedagogia inclusiva na Casa da Criança com Câncer na Paraíba- NACC.
- ☐ II Congresso Nacional de Educação, com o trabalho: A importância da utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) na educação infantil.
- ☐ III Congresso Nacional de Educação, com o trabalho: Algumas reflexões sobre o processo da EJA.
- ☐ XV ENID – Encontro de iniciação a Docência, com o trabalho: Acompanhamento e avaliação do programa institucional das licenciaturas-PROLICEN 2014.
- ☐ XVI ENID – Encontro de iniciação a Docência, com o trabalho: Acompanhamento e avaliação do programa institucional das licenciaturas-PROLICEN 2015.
- ☐ XVI ENEX – Encontro de extensão, com o trabalho: De mãos dadas pela vida: pela uma pedagogia inclusiva na Casa da Criança com Câncer na Paraíba 2015.